

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

JORNALISMO

**O OLHAR DA IMPRENSA BRASILEIRA PARA A REGULAÇÃO
DE MÍDIA NO MUNDO**

KIM SCHÜNEMANN DE MIRANDA

RIO DE JANEIRO

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**O OLHAR DA IMPRENSA BRASILEIRA PARA A REGULAÇÃO
DE MÍDIA NO MUNDO**

Monografia submetida à Banca de Graduação como
requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social/ Jornalismo.

KIM SCHÜNEMANN DE MIRANDA

Orientador: Prof. Dr. Suzy dos Santos

RIO DE JANEIRO
2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia O Olhar da Imprensa brasileira para a regulação de mídia no mundo, elaborada por Kim Schünemann de Miranda.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Comissão Examinadora:

Orientador: Suzy dos Santos

Doutor em Comunicação pela Universidade Federal da Bahia-UFBA

Departamento de Comunicação

Prof. Cristina Rego Monteiro da Luza

Doutor em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ

Departamento de Comunicação

Prof. Joaquim W

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais por toda a paciência demonstrada aos longo dos anos.

Ao meu irmão, por seu apoio em suporte incondicional nesta e em outras importantes passagens da vida.

À minha orientadora, Suzy dos Santos, por toda a disposição que dedicou a um simples trabalho de graduação e por ter me ajudado a construir esse documento como ele está hoje.

FICHA CATALOGRÁFICA

MIRANDA, Kim Schünemann

O olhar da imprensa brasileira para a regulação de
mídia no mundo. Rio de Janeiro, 2013

Monografia (Graduação em Comunicação Social,
Jornalismo)- Universidade Federal do Rio de
Janeiro-UFRJ, Escola de Comunicação-ECO

Orientador: Suzy dos Santos

RESUMO

O presente trabalho se dedica a uma breve análise de como a imprensa no Brasil enxerga o tema da regulação da mídia.

Após uma análise teórica sobre as possíveis formas de regulação no setor, o texto parte para uma análise empírica de alguns dados recolhidos.

A pesquisa se delimita pelos jornais O Globo e Folha de S. Paulo, e é restrita ao ano de 2012. Isso porque, como vai ser explicitado ao longo do trabalho, esse ano é considerado de grandes avanços no debate sobre o tema.

Se analisará ainda a situação brasileira e onde exatamente nos encontramos quando o assunto é regulação da imprensa.

Palavras-chave: Fordismo, Pós-fordismo, regulação, autorregulação, Leveson, Lei de Meios.

SUMÁRIO

1-INTRODUÇÃO	9
2- FORDISMO, PÓS-FORDISMO E REGULAÇÃO DA MÍDIA	13
2.1-O Caso Argentina	22
2.2-O Caso Reino Unido	27
2.3-Regulação no Brasil	31
3-REGULAÇÃO NO MUNDO, VISTA DO BRASIL	39
3.1-Lei de Meios	42
3.2-Relatório Leveson	49
3.3-Análise de Editoriais	53
4-CONCLUSÃO	62
REFERÊNCIAS	64

1- INTRODUÇÃO

O tema da regulação de mídia é exaustivamente discutido e analisado dentro das escolas de comunicação já há algum tempo. É justificável esse grande interesse no assunto, se partirmos do princípio que uma legislação, ou seja, um código, é um limitante, portanto também definidor, da área de atuação de um determinado grupo social, nesse caso, do grupo dos profissionais de jornalismo.

Uma definição urge cada vez mais nos dias de hoje. É consenso geral que o campo das comunicações sociais passa por uma das maiores mudanças da sua história. Se anteriormente a entrada do rádio e da televisão já haviam causado forte impacto no setor, o que dizer da internet? A tecnologia é sempre ferramenta, e o poder da ferramenta vem do uso que dela fazemos. É normal, portanto, que em tempos de descoberta desse novo instrumento, sejam repensadas as formas de atuação possíveis, tanto para seu uso específico, quanto para não repetir erros passados

Se a quantidade de material sobre o assunto da regulamentação é vasta, possibilitando sempre a busca de alguma referência ou base para os argumentos daquele que escreve, ela representa também

uma dificuldade: como construir aqui um aspecto original, ou mesmo apenas levemente diferenciado, quando já se discutiu tanto sobre o assunto?

A solução encontrada para o trabalho aqui apresentado foi focar em mudanças relativamente recentes que ocorreram no âmbito da mídia internacional. Procura-se assim pisar em solo um pouco mais virgem e, espera-se, fértil, para o debate.

A divulgação do Relatório Leveson na Inglaterra e a teórica entrada em vigor da Lei de Meios na Argentina, no ano de 2012, serviram portanto, como ponto de partida para a reflexão sobre a necessidade e os possíveis formatos de regulação de mídia no contexto mundial atual.

A passagem do capitalismo fordista para o pós-fordista, ou neoliberal, é o pano de fundo sob o qual se analisa tal necessidade. As transformações daí decorrentes, como a internacionalização dos meios de comunicação, que se afastam cada vez mais de seu espaço local, trazem o tema da regulação à tona com uma força até então desconhecida no âmbito social.

Portanto, o foco sai da questão da mudança tecnológica para o da transição social e política. É a partir dela que analisaremos a necessidade de uma regulação da mídia. Especificamente, analisando os diferentes comportamentos do setor de mídia frente à esses dois momentos. O que fica claro ao longo do texto é que, se em um primeiro momento as empresas se sujeitavam ao Estado e aos seus interesses, em um segundo ela se pretende livre, apenas para atuar sujeita ao mercado e seus respectivos interesses. Porém sob nenhuma dessas duas condições, ela esteve a serviço do interesse público, verdadeiramente social. Uma comunicação realmente democrática é uma situação ainda rara no mundo atual. É possível? Como alcançá-la? São questões complexas, mas as quais inevitavelmente chegamos ao analisar a regulação da mídia.

O primeiro capítulo “Fordismo, pós-fordismo e regulação de mídia” se focará nessa transição. Quais os impactos para a sociedade e como a organização de jornais e empresas de comunicação se altera nesse momento, como os governos tendem a agir em reação a essa mudança, e seu tratamento para com o setor da mídia: esse é o panorama apresentado em um primeiro momento. O comportamento que pode ser observado de uma maneira geral por diversos autores se percebe também, de uma maneira ou de outra, ao analisarmos nosso sub-tema de interesse, os casos de Argentina e Inglaterra.

Assim, nos dois países, em momentos diferentes, é verdade, há um caminho trilhado que de

certa maneira se repete. Nos dois sub-capítulos “O caso Argentina” e “O caso Inglaterra”, se expõem um breve histórico de como essas duas sociedades tem lidado com o tema da regulação da imprensa. As fortes tendências liberais inglesas direcionam o seu modo de agir histórico, voltado para uma liberdade absoluta da imprensa, mas escândalos recentes trouxeram a pauta para a sociedade, e a legislação em vigor teve que ser rediscutida e passa por processo de reformulação. Além disso, ao se observar o panorama geral da mídia no país, se percebe que a preocupação com o poder da comunicação já esteve em discussão em outros momentos.

O caso argentino é de particular interesse para nós, pois alguns aspectos históricos pontuados trazem semelhanças com o caso brasileiro. A recente história de abusos de poder do Estado, censurando a liberdade de expressão individual e de imprensa, é recorrente nos dois países, e faz com que qualquer interferência governamental no setor seja observada com muito cuidado e algum temor por determinados atores sociais. Além disso, características na evolução do setor da comunicação, tanto por parte do governo quanto das empresas, se repetem nos dois países.

Na Argentina, entretanto, uma disputa recente entre o governo atual e o principal grupo de mídia do país, trouxe a regulação para o debate na sociedade como nunca. Enquanto Cristina Kirchner ataca o Clarín e este revida, a população necessariamente se vê envolvida nessa disputa e passa a discutir o tema com intensidade. Enquanto ambos disputam a opinião pública, o conflito parece gerar mudanças radicais no setor.

O panorama internacional, entretanto, nos serve enquanto especificidade mas principalmente como ponte. É à partir da análise das mudanças que ocorrem nesses países, como simbólicos para mudanças no âmbito do fazer comunicação, que se parte para a observação do caso brasileiro.

Assim, no terceiro sub-capítulo, é exposto um breve histórico da regulação da mídia no Brasil. Como houve, em um primeiro momento, uma interferência direta e extrema do Estado nos meios de comunicação, fosse através da liberação de outorgas, da censura prévia ou da liberação de verbas publicitárias. Como, com a entrada do país no momento neoliberal, isso se altera, com as empresas de comunicação se tornando cada vez mais internacionais e passando a desprezar qualquer forma de controle sobre sua atividade.

Essa auto proteção vem fundamentalmente ancorada na ideia de que ninguém pode interferir na liberdade de expressão de nenhum indivíduo. Há porém, aqui, que se fazer uma ressalva: a liberdade de

expressão é fundamental à qualquer democracia, ela não deve porém, ser confundida com a liberdade de imprensa. Como coloca Venício Lima:

O *Areopagitica* – cujo subtítulo é “*um discurso de John Milton pela liberdade de imprimir sem licença, dirigido ao Parlamento da Inglaterra*” (“A speech of Mr. John Milton for the liberty of unlicenc’d printing to the Parlament [sic] of England”), por óbvio, não poderia estar se referindo à imprensa, no seu significado moderno: primeiro porque, no texto, não há referência a *the press*, mas sim a *printing*; e, segundo, porque na Inglaterra do século XVII não existiam “jornais”, no sentido contemporâneo e, muito menos, empresas comerciais de mídia (de meios impressos e/ou eletrônicos). (LIMA)¹

Alguns supostos motivos para essa fuga ao debate da regulação por parte da imprensa nacional também são expostos ao longo do texto.

No segundo capítulo, saltamos do espectro geral para o mais particular. No caso argentino, trata-se da própria Lei de Meios. Como ela surgiu, sua evolução, que atores sociais participaram de sua formulação e como, quando e por quê ela ganhou um espaço para ser amplamente discutida e finalmente aprovada, feito inédito após uma série de projetos fracassados.

Já a divulgação do Relatório Leveson só ocorreu após grave escândalo que assolou a imprensa na Inglaterra. A revelação de que jornalistas do News of The World, principal dominical britânico, usavam escutas telefônicas ilegais, foi suficiente para criar um inquérito, que ao longo dos meses revelou todo um sistema corrupto por trás de alguns dos maiores jornais do país. A comoção social foi enorme e a pressão por mudanças é grande. O relatório Leveson apresenta aspectos interessantes e sugestões inovadoras. Resta saber ainda, o que será concretizado de tudo isso.

Se não há certezas sobre a melhor forma de controlar a mídia, parece claro que a sociedade percebe aos poucos a necessidade de algum controle. No Brasil, o debate ganha força, seja pelos exemplos de fora, seja pela insistência de alguns personagens internos em tratar do assunto. Provavelmente os dois. Mas ainda assim, o tema ainda é tabu para alguns dos principais grupos de mídia no país.

No terceiro sub-capítulo, apresentamos alguns editoriais dos jornais “Folha de S. Paulo” e “O

¹ Disponível em:

http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed710_a_liberdade_de_expressao_e_o_paradoxo_liberal Acesso em 28 nov.2013

Globo”, recolhidos entre todas as edições de ambos em 2012. A escolha foi pelo jornal de maior circulação no país e o principal conglomerado midiático e se restringiu à análise de jornais justamente por disponibilizarem editoriais ou artigos de opinião que expressam de maneira direta o que se pensa sobre o assunto nesses grupos. Foram selecionados aqueles que tratavam sobre o tema da regulação fora do Brasil.

O assunto raramente é pauta de discussões, mesmo em um ano com ao menos dois acontecimentos tão marcantes. Quando se fala nos casos de Inglaterra e Argentina, o tom é sempre de reprovação, embora a amplitude com que tratem de cada assunto seja um pouco diferente. O fato é que ainda se demonstra um enorme temor em tratar do assunto, o espaço da liberdade absoluta da imprensa é sempre defendido com unhas e dentes.

Assim, ao apresentar um pouco da história e alguns aspectos relevantes da regulamentação da mídia no Brasil e no mundo, o que se pretende é, através dessa discussão, alcançar o tema da democratização da comunicação, de sua transformação em um bem comum e não mais sujeito a um ou outro interesse.

2-FORDISMO, PÓS-FORDISMO E REGULAÇÃO DE MÍDIA

É consenso que o setor da mídia é um dos que vem passando por algumas das maiores transformações nos últimos anos. Não faltam trabalhos no sentido de demonstrar como as evoluções tecnológicas pelas quais passamos nas últimas décadas influenciam diretamente tanto na estrutura de trabalho que as empresas vem adotando, como nas próprias funções esperadas de um comunicador e mesmo em sua ferramenta mais fundamental, a própria linguagem.

Parece claro, porém, que a tecnologia não pode ser sozinha considerada responsável por uma mudança que ultrapassa em muito os limites do aperfeiçoamento da ferramenta, ou se quisermos, da expansão dos meios. Como coloca Suzy Santos:

Estes autores tendem a desprezar qualquer necessidade de destacar que a intensa disputa entre formatos tecnológicos, anterior a adoção ou à reconfiguração de um veículo de comunicação massiva, é determinada por critérios nos quais a tecnologia em questão não é necessariamente o foco principal. (SANTOS, 2004: 44)²

Ao tratar a evolução tecnológica como elemento desencadeador de uma série de mudanças no universo midiático, os autores tendem a naturalizar um processo que parece já ancorado em uma série

² Disponível em

<<http://www.andi.org.br/sites/default/files/legislacao/15.%20Uma%20Converg%C3%Aancia%20Divergente%20a%20centralidade%20da%20TV%20aberta%20no%20setor%20audiovisual%20brasileiro.pdf>> Acesso em 01 nov.2013

de outros princípios. As raízes do processo passam a ser esquecidas ou deixadas de lado e o foco é concentrado na própria transformação, e não em suas origens.

Partindo desse mesmo pressuposto, podemos identificar no mundo hodierno a tomada de duas posições que se querem antagônicas e que, dentro do ambiente dos estudos de comunicação, só poderíamos classificar como de apocalípticos e integrados. A oposição cunhada por Umberto Eco vem muito a calhar quando classificamos essas duas atitudes frente a atualidade.

Por um lado filósofos, críticos e teóricos da comunicação enxergam na digitalização da cultura uma exacerbação dos próprios princípios do capitalismo, como coloca Dan Schiller:

O capitalismo digital – mercado tendo as redes como centro – suplantou o capitalismo seu antepassado (...) Atualmente, como empregadoras de trabalhadores que laboram em cadeias de produção ligadas por redes informáticas, como anunciantes, e cada vez mais como educadoras, umas quantas empresas gigantes dominam não só a economia mas também uma teia mais alargada de instituições envolvidas em novas produções de caráter social: negócios, sem dúvida, mas também educação institucional, política e cultura. (SCHILLER, 2002: 231;233)

Dessa forma, para esses apocalípticos, tudo que é relacionado a cultura digital é visto como parte do sistema e portanto como negativo, já que não passa de uma nova forma de dominação e opressão econômica, política e social.

Por um outro lado adeptos dessa nova forma de organização e de vida enxergam esse movimento como resistência, como abertura e como possibilidade de mudança. A cultura digital é a cultura livre, desimpedida, que não pode ser controlada por ninguém pois está ancorada na espontaneidade e na criação individual. Se o meio é livre, logo será sua mensagem.

Na idade elétrica, quando o nosso sistema nervoso central é tecnologicamente projetado para envolver-nos na humanidade inteira, incorporando-a em nós, necessariamente temos de envolver-nos, em profundidade, em cada uma de nossas ações, voltando a formar uma totalidade(RÜDIGER apud McLUCHAN, 1968:18)³

³ Disponível em : <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/26550/000156662.pdf?sequence=1>>. Acesso em 15 nov. 2013

Essa atitude e essas formas de enxergar a mudança tecnológica já deixaram há muito o âmbito das faculdades e congressos, e passaram a fazer parte de uma discussão geral na sociedade. De certa maneira é quase como se ter uma opinião sobre o assunto fosse uma obrigação nos dias de hoje. Ser “à favor” ou “contra” o universo digital evidencia uma série de outras escolhas da vida do indivíduo, que extrapolam em muito o tema.

Dentro do universo da comunicação essa dualidade se apresenta constantemente e poucas vezes de forma não conflituosa. Como coloca Suzy Santos

No caso da comunicação de massa, esta dualidade se encontra de um lado num desejo genuíno por democracia, quando se fala a respeito de comunidades virtuais globais interconectadas e, do outro lado, numa crescente concentração das comunicações nas mãos de poucas empresas transnacionais, as chamadas global players (SANTOS,2004)

O que muitas vezes não se percebe é que, ao tomar uma dessas posições, não se faz mais do que escolher um lado, da mesma moeda. Ou, citando Umberto Eco:

Mas até que ponto não nos encontramos ante duas faces de um mesmo problema, e não representarão esses textos apocalípticos o mais sofisticado produto oferecido ao consumo de massa? Então a fórmula "Apocalípticos e integrados" não sugeriria a oposição entre duas atitudes (e os dois termos não teriam valor de substantivo), mas a predicação de adjetivos complementares, adaptáveis a esses mesmos produtores de uma "crítica popular da cultura popular" (ECO, 8)⁴

Portanto, para compreender as mudanças pelas quais a comunicação passa nos dias de hoje, não basta analisar as mudanças no meio. O meio é apenas uma ferramenta que pode ser vista de maneira positiva ou negativa, dependendo da forma como é usado e os objetivos a que serve. Porém mais importante do que o meio, é o entendimento do contexto da transformação pela qual passamos. O contexto é a história, uma análise do que e por que mudou e vem mudando no setor da mídia. E essa história é basicamente a passagem do período do fordismo para o pós-fordismo no mundo capitalista.

O fordismo, expressão conhecida do capitalismo que prosperou ao longo de grande parte do século XX (especialmente nos anos 50 e 60, denominados como “os anos dourados”), era o modelo em voga que primava pelo Estado de Bem-Estar Social, visando garantir aos indivíduos uma relativa

⁴ Disponível em: <<http://cesarmangolin.files.wordpress.com/2010/02/umberto-eco-apocalpticos-e-integrados1.pdf>>. Acesso em: 18 nov.2013

tranquilidade e alguma segurança em termos sócio-econômicos. O capitalismo fordista combinou empresas com alta racionalização, centralização e integração vertical com sindicatos nacionais e com uma substancial expansão do estado (Bonanno, 27) e essa estrutura se reproduzia quase que integralmente dentro das empresas de comunicação. Enquanto o Estado se responsabilizava por explorar através do sistema de concessões as possibilidades da radiodifusão e da telefonia, o controle do conteúdo era quase que integralmente de responsabilidade das próprias empresas produtoras.

As diferentes naturezas dos serviços fizeram com que a telefonia fosse regulada prioritariamente em relação à distribuição/transporte de informações e a radiodifusão em relação ao conteúdo.(...)

Os serviços de telefonia e transmissão de dados se consagraram historicamente como monopólio estatal, exceto nos EUA, e sua estrutura regulatória foi desenvolvida em relação à estrutura física (SANTOS,73)

Um respeito portanto, às normas de não-interferência do Estado, porém com um alto nível de simbiose entre os dois, uma vez que a opinião pública é quase tão fundamental para políticos, quanto as ondas de televisão são para as grandes empresas de comunicação.

A pressão por mudanças no sistema porém, é ininterrupta, e o fordismo não pode vingar como sistema econômico durante muito tempo.

Uma das características essenciais ao sistema fordista era a possibilidade de acúmulo de capital. Esse tipo de ação porém, tendia a manter grandes somas sem movimentação e em períodos de crise se percebia uma dificuldade grande de circulação de renda, justamente por uma retenção por partes dos investidores que não podiam perder suas economias. Essa falta de movimentação do dinheiro foi apontada como central para as crises de 30 e 80.

É inclusive a partir desta segunda que podemos perceber uma mudança em características econômicas e políticas de algumas sociedades que denotam a passagem para o capitalismo contemporâneo, ou neoliberalismo.

Como aspectos mais decisivos do pós-fordismo tem sido apontados o aumento da flexibilidade em escala global, a mobilidade de capital e a liberdade para colonizar e mercantilizar praticamente todas as esferas, destruindo-se as fronteiras sociais e espaciais relativamente fixas e gerando-se uma descentralização da produção (Bonanno, 30). Um sistema que observa basicamente a mobilidade constante, de produtos, informações ou capital. Um sistema no qual se enxerga a intervenção estatal

como um estorvo a ser minimizado e dentro da medida do possível eliminado, a não ser da função de facilitador, ou seja, fornecedor de possibilidades de expansão sem tirar proveito próprio. O monopólio do governo sobre os meios de distribuição passam a ser obsoletos, dando lugar a uma internacionalização, agora não mais apenas de conteúdo, mas também dos meios transmissores.

Uma das características marcantes, na diferenciação do fordismo e do pós-fordismo, está localizada numa mudança de ênfase na estrutura de internacionalização do capital.

Se no período fordista a internacionalização das comunicações centrava-se apenas no segmento de conteúdo, no pós-fordismo intensifica-se a internacionalização na propriedade dos meios físicos de distribuição. (SANTOS, 2004: 53)

Dentro do universo da mídia , as consequências dessa passagem de um sistema a outro leva a uma série de mudanças tanto nos padrões de produção quanto nas relações entre estado e empresas, que se constituem fundamentalmente de:

- a) geografia: no fordismo, as economias são basicamente nacionais; e no pós-fordismo, tendem a se globalizar;
- b) natureza: antes, lógicas distintas de regulação e atuação para as telecomunicações (indústria de transporte) e a comunicação (indústria de conteúdos); depois, convergência: empresas de transporte passam a interessar-se pelos conteúdos e empresas de conteúdos investem no transporte; e,
- c) participação do Estado: no fordismo, postura intervencionista em relação ao mercado de comunicações, em que o Estado atua como operador em alguns setores, controlando fortemente a propriedade dos meios; no pós-fordismo, o Estado retira-se da operação das comunicações passando a apenas regular o setor. (SANTOS, 2004:54;55)

Importante ressaltar que, assim como as mudanças nos sistemas econômicos não ocorrem de uma hora para outra e vão acontecendo na medida em que encontram necessidades a serem atendidas ou pressões insustentáveis, isso também ocorre nas comunicações, em uma relação direta de causa e consequência.

Isso significa que em países com estruturas diferentes, ou mesmo regiões com condições particulares experimentam essas mudanças cada um em um ritmo próprio.

Em seu estudo “Neoliberalism, Imperialism and the Media”, David Hesmondhalgh cita 4 diferentes ondas neoliberais nos conglomerados midiáticos ao redor do globo.

“A primeira onda ocorreu nos E.U.A à partir do início dos anos 80, e esta teve uma grande influência na segunda onda de mudanças em outros países industrialmente avançados. Uma terceira onda no início dos anos 90 assistiu a uma série de países de tradições autoritárias no controle do Estado e de propriedade, incluindo os regimes stalinistas da Europa oriental que deram início a políticas de comunicação e liberação da mídia. Finalmente, uma nova rodada de mudanças políticas envolveu pavimentar o caminho para uma suposta convergência entre telecomunicações, mídia e computadores nos anos 90 e 2000”.⁵ (HESMONDALGH, 2008:8;9)

Apesar de não fazer parte da Europa Oriental, o caso brasileiro parece poder ser característico da terceira dessas ondas, até pelas semelhanças entre as estruturas políticas e históricas citadas no texto.

A evolução tecnológica no âmbito do digital é portanto fundamental para esse novo sistema, sem ser jamais a causa de todas as mudanças. A discussão entre favoráveis e contrários a essas novidades não pode ser tomada então como radical, mas apenas como um dos membros de um sistema que se mostra muito maior.

O debate que cabe, talvez de forma mais ampla, ao se tratar dessa mudança, é o debate sobre o próprio sentido da comunicação, ou melhor, de seus princípios. Antes de colocar o meio em questão, é preciso problematizar seus fins. É claro que levando sempre em conta as circunstâncias do momento. “Mesmo que, particularmente dessa fase em diante, o jornalismo cada vez mais se institucionalize como negócio, e a notícia como mercadoria, parece-nos ter prevalecido ao longo o tempo o princípio de que cabe ao jornalismo contribuir para o esclarecimento do cidadão.” (FONSECA, 2006: 5;6)⁶

O que se percebe atualmente, de certa maneira, é uma cornucópia de possibilidades para todo aquele que quer se comunicar. Se antes a liberdade de expressão era tolhida pela escassez dos meios (nem todos podem ter um jornal, um canal de TV ou uma emissora de rádio), hoje a internet abriu muito

⁵ The first wave took place in the U.S.A from the early 1980s onwards, and this then, in a second wave had an important influence on changes in other advanced industrial states. A third wave in the early 1990s saw a number of countries with authoritarian traditions of state control and ownership, including the Stalinist regimes of Eastern Europe, initiate policies of communications and media “liberalisation”. Finally, a further round of policy changes involved paving the way for supposed convergence between telecommunications, media and computers, in the 1990s and 2000s.

⁶ Disponível em: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/98/97>. Acesso em 28 nov.2013

essas possibilidades, por se apresentar inicialmente como um lugar sem limites. Não há sentido em um governo explorando direitos de quem quer ter um site de notícias, quando o espaço para sites é infinito.

É a partir dessa cornucópia que muitos autores defenderam a ideia de que as novas mídias seriam o espaço onde finalmente a comunicação poderia se democratizar. Um terreno onde todos teriam a mesma voz e seriam escutados na mesma medida.

Como já foi dito anteriormente, porém, a mudança no meio não significa absolutamente nada se as circunstâncias que o cercam não forem transformadas também.

Se hoje não se sofre sobremaneira com o controle e a coerção do Estado à liberdade de expressão, não se pode esquecer que isso não é per se uma evolução. Apenas denota a característica política do Estado pós-fordista que se afasta cada vez mais de qualquer controle social. Que traz como outra consequência o papel cada vez mais importante do mercado dentro do contexto do que deve ou não ser produzido e veiculado na mídia.

Essa passagem do fordismo para o pós-fordismo se deu em grande parte através dos estímulos da própria mídia, que adotaram o discurso neoliberal como o necessário para evitar maiores problemas econômicos.

Com a derrocada do modelo socialista ocorrida no final dos anos 80, a prática de repressão, através de sanções físicas dos setores rebeldes da sociedade civil, foi remodelada. Surgiram, então, condições subjetivas para a aceitação massiva do modelo neoliberal: o medo dos monstros criados no sistema em vigor (hiperinflação, desemprego, etc.) e o esvaziamento do espaço de alternativas de oposição. (SANTOS, 2004:97)

Os aqui chamados “monstros” são temas recorrentes nos jornais e emissões diárias, em um tom que quase sempre lembra o alarmismo. Vale também lembrar a constatação de Hesmondhalgh, quando este afirma que entre os motivos para a implementação dessa nova organização social (neoliberalismo) está “A exploração de ansiedades compreensíveis sobre intervenção governamental na liberdade expressão pessoal, cultural e política”⁷ (HESMONDALGH, 2008:9).

O que fica claro nesse momento é, portanto, a imensa influência e preocupação dos grandes conglomerados midiáticos em naturalizar essa transição, acostumar as pessoas ao novo modelo. Porém não podemos esquecer que há sempre uma intenção em uma naturalização. Ao apresentar a melhor

⁷ “the exploitation of understandable anxieties about government intervention in personal, cultural and political expression. (Tradução livre)

mídia como a mídia livre, sem restrições ou freios, o que está se defendendo é justamente a liberdade desses conglomerados de agirem livremente, o que dificilmente tem a ver com o interesse do cidadão e é intimamente conectado com a ideia de uma manutenção de poder.

“Enquanto advogados de uma tal teoria do neo-liberalismo pintam o livre-mercado e as empresas privadas como os meios para reavivar economias estagnadas, eles também assumem- o que é importante no contexto atual- a continuidade da existência de oligopólios extremamente poderosos e de pontos nodais do poder estatal.”⁸
(HESMONDALGH, 2008: 7)

Ou seja, ao invés de mudança temos continuidade, ao invés de popularização dos meios de comunicação, tendemos para uma aglomeração cada vez mais intensa.

Em vez de ruptura, observa-se continuidade no sistema hegemônico. Por outro lado, pululam iniciativas e discursos que prometem a inclusão digital para os 18 próximos anos. Ou seja, a esperança em democratizar os meios de comunicação continua emergente. (SANTOS, 2004: 17)

Como seria possível então, tal democratização? Fazer com que a comunicação seja a mais ampla e aberta possível, que cada vez mais pessoas possam se ver representadas por esse meio que se orgulha de ser o “quarto poder”, elemento central da própria democracia.

Segundo Graham Murdock, nas sociedades capitalistas modernas, o papel das comunicações está em conectar o sistema produtivo, baseado na propriedade privada, ao sistema político que pressupõe uma cidadania cuja participação social efetiva depende, em partes, do acesso à maior gama possível de informação (Golding; Murdock, 1997a, p. 31137). O problema estaria em equacionar como um sistema de comunicações dominado pela propriedade privada poderia garantir a diversidade de informação requerida para uma cidadania efetiva. (SANTOS, 2004:69)

Essa cidadania efetiva dos indivíduos só poderá ser alcançada quando os meios de expressão do cidadão não estiverem submetidos nem ao Estado nem ao mercado. Passa então, não por uma mudança tecnológica pura e simples, acreditando que ao se ampliar o espectro de alcance e arquivamento da informação ela corra de maneira mais livre, mas sim por uma mudança na forma de se

⁸ While advocates of such neo-liberal theory portray free trade and private enterprise as the means to revivify stagnant economies, they also assume – importantly for the present context - the continuing existence of extremely powerful oligopolies and nodal points of state power,”

entender a informação. Não apenas como um produto mas como um elemento formador da sociedade, fundamental para o exercício da verdadeira cidadania.

Garantir que todos tenham acesso aos temas de interesse em uma sociedade passa sim pelo âmbito governamental, mas nunca por um controle exclusivo deste acesso. Assim como passa por uma liberdade de mercado para aumentar a diversidade de opiniões, mas nunca por largar um bem público (informação) na mão de estruturas oligopolizantes.

Em prol da garantia de certos aspectos fundamentais da comunicação social, a regulamentação se faz necessária como força de controle para impedir a concentração da informação(e de poder) nas mãos de poucos. São sete as funções citadas por Othon Jambeiro para justificar a intervenção estatal no controle da mídia:

a) assegurar a liberdade de informação; b) proteger a propriedade intelectual; c) regular o intercâmbio de serviços; d) regular as comunicações de massa; e) regular as telecomunicações; f) regular a indústria e os serviços de informação; e, g) garantir o acesso público às informações que sejam essenciais ao exercício da cidadania (SANTOS apud JAMBEIRO 2000, p. 22-23).

Analisaremos então, na sequência, como alguns países lidaram com essa mudança em seu sistema e como a garantia de acesso à informação passa cada vez mais por uma necessidade de regulamentação do setor, fazendo-se respeitar assim, acima dos direitos de mercado e estado, os direitos do próprio cidadão.

2.1 O caso Argentina

“Desde 2007, intensificou-se na Argentina um debate tão necessário quanto ausente até então para a democratização das comunicações: a regulação dos meios de comunicação, materializada na discussão sobre a nova Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual”.(MARINO, MASTRINI, BECERRA,2011:33)⁹ A data para a intensificação desse debate certamente não é aleatória. Além do acirramento das disputas políticas entre os governantes do país e o principal grupo de comunicação

⁹ Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/08816.pdf>. Acesso em: 28 out.2013

argentino, o movimento aconteceu muito graças a uma mudança inevitável da mentalidade da população quando da análise do setor de mídia no país.

Historicamente foram sancionadas na Argentina quatro leis referentes a rádiodifusão, sendo que a única que passou pelo crivo parlamentar foi elaborada em 1953, visto que todas as posteriores foram elaboradas no período da ditadura.

Este período foi também coincidente ao tempo de vigência do sistema fordista como central na sociedade Argentina. Essa e outras semelhanças aproximam muito o caso argentino do caso brasileiro, e por isso parece ser interessante uma comparação, ou por vezes um paralelo entre os dois países.

A forma de lidar com as empresas de mídia é uma dessas semelhanças. Como observa Suzy Santos, os governos dos países tratavam as empresas no

Brasil e na Argentina, seguindo duas lógicas de ação: a) aos amigos tudo; e, b) aos inimigos a lei. Melhor dizendo: aos veículos de propriedade do Estado ou às concessões que beneficiavam as correntes políticas governamentais eram destinadas a propaganda política oficial ou não, a renovação das concessões e o incentivo fiscal; já os meios de comunicação não oficialistas eram tratados com práticas restritivas como a censura, a cassação ou suspensão das operações e a prisão de profissionais do ramo. Nos Estados autoritários, a relevância dos meios de comunicação extrapolava os interesses dos modelos democráticos.(SANTOS,2004:78)

Ou seja, através do controle da distribuição dos meios para que esses negócios pudessem existir e prosperar, o Estado garantia fidelidade e, principalmente, um certo controle da opinião pública. A partir dos anos 80 e mais acentuadamente, dos anos 90, posteriores a ditadura argentina, a relação entre governo e meios vai se tornando cada vez mais frouxa e se percebe uma inversão de papéis entre regulado e regulador. Um movimento que foi acentuando cada vez mais a oligopolização nos meios de comunicação.

O marco normativo até o final de 2009 tinha como elemento central uma norma (22285/80) sancionada pelo governo de facto de 1976, que implantou a ditadura mais cruel da história argentina, que regulou muitos aspectos da sociedade e desenhou um sistema de mídia centralista e privatista, com muitos setores excluídos de seus direitos. Posteriormente, durante os 25 anos de regime constitucional, a

partir de gestões e ações do Estado e da pressão do mercado – constituído em agente aglutinador a partir de políticas de corte neoliberal sobretudo após 1989 – foram geradas condições ainda menos democráticas nos níveis de acesso e participação (principalmente neste último), elementos centrais do direito à comunicação. (MARINO, MASTRINI, BECERRA, 2011:36)

Dentre essas ações e pressões destacamos aqui a “Lei de Reforma do Estado” (1989) que garantiu a redução do poder estatal, permitiu a propriedade cruzada de mídias e privatizou canais em Bueno Aires; o ingresso de capital estrangeiro, garantido mediante o Tratado de Proteção Recíproca de Investimentos de 1991 assinado entre Argentina e Estados Unidos; e o decreto 1005 de 1999 que permitiu que se aumentasse de 4 para 24 o número de licenças a serem exploradas pelas empresas.

Esses fatores permitiram que se criassem algumas condições para o estabelecimento de um mercado de comunicação na Argentina altamente concentrado, caracterizado pelos seguintes atributos,

1. Alto índice de concentração nos mercados de massa (televisão aberta e a cabo; imprensa escrita e rádio) das principais mídias, que exibem um domínio médio de 78% em mãos dos primeiros quatro operadores de cada um desses mercados (Becerra e Mastrini, 2009);
2. Um tipo de concentração conglomeral. Diferentemente de outros países da região (como o Chile e inclusive o México), os principais grupos de comunicação da Argentina são conglomerais e estão presentes em quase todos os setores. O Grupo Clarín, por exemplo, conta com emissoras de televisão aberta, sinais e empresas prestadoras de serviços de TV a cabo, estações de rádio, jornais, portais de notícias na Internet, fábrica de papel de jornal, entre outras atividades que controla de modo direto. A concentração conglomeral que existe na Argentina se combina, então, com o alto índice de controle dos mercados por parte dos principais operadores e potencializa o protagonismo que exercem poucos grupos comunicacionais expandidos em quase todas as áreas da comunicação. Outros grupos com posições importantes são Telefônica da Espanha, o dos empresários Vila e Manzano, e o grupo Pierri;
3. Centralização geográfica da produção de conteúdos. Uma das características do sistema de meios de comunicação na Argentina é a hipercentralização geográfica da produção dos conteúdos que, nos meios audiovisuais, são produzidos na zona metropolitana de Buenos Aires e reproduzidos no restante das mídias do país. (MARINO,

Para evitar qualquer tipo de mudança e manter o panorama como estava, os conglomerados midiáticos apelam principalmente para o passado recente da Argentina, escondendo no discurso de liberdade de expressão e na denúncia da censura, seus verdadeiros motivos para desejar a manutenção do sistema. Como este passado ainda representa um trauma para a maioria da população, as motivações se mostravam assim como as melhores possíveis, garantir a liberdade do povo.

Em todos os casos, as respostas dos empresários de mídia foram coerentes com a defesa do status quo e de seus interesses, sustentando o dogma do mercado autorregulado e dos perigos da ingerência estatal. Junto com representantes políticos de direita, os empresários dos principais grupos de mídia organizaram sua resistência à aprovação de uma norma democrática para o setor a partir de dois princípios: em primeiro lugar, que a concentração em poucas mãos não prejudica a liberdade de expressão e, em segundo lugar, que o único poder que restringe a liberdade de expressão é o do Estado e sua gestão contingente (o governo). (MARINO, MASTRINI, BECERRA, 2011: 35)

O conflito entre os Kirchner e o Grupo Clarín (do qual falaremos melhor no segundo capítulo) porém, expôs diversas rachaduras no contexto da comunicação social e trouxe para o âmbito do dia-a-dia o tema da regulação da mídia. As relações entre governo e empresas, a internacionalização da produção cultural no país, a manipulação explícita de informações (ou simplesmente a ausência delas) em casos de interesse da própria mídia foram forçando o debate sobre a regulamentação dos meios de comunicação. A necessidade de se garantir a democratização desses meios, no sentido de fornecer uma maior pluralidade de informações do que somente aquelas que se enquadram na lógica do mercado (notícias que vendem), foi tomando cada vez mais força no país, sendo embasado por alguns teóricos mas principalmente forçado pela conjuntura social na qual se encontrava então a Argentina. A democratização era então entendida como responsabilidade do Estado, ainda que não exclusivamente.

poderia se assinalar que na complexa relação Estado, meios e sociedade, a intervenção pública na definição de uma política de meios se torna indispensável se se pretende definir um espaço comunicacional não oligopólico. É evidente que a simples intervenção do Estado não é suficiente, já que a mesma deve estar fundada em determinadas

orientações e conteúdos políticos e culturais para que seja democratizadora. E entendemos como intervenção democratizadora, aquela prática que amplia as possibilidade de participação popular, não só na produção de programas como também na tomada de decisões sobre as políticas (em nosso caso de meios) mais globais.¹⁰(MASTRINI, 1996: 82)

Foi a partir de tal contexto que se passou a discutir na Argentina o surgimento da Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual, aprovada no Congresso Nacional em 2009, ainda que não esteja efetivamente em voga, uma vez que foram vários os recursos utilizados pelos principais grupos midiáticos para atrasar sua implementação.

Se são questionáveis os motivos pelos quais o governo resolveu finalmente entrar na disputa por uma democratização da informação, suas consequências são até o momento, marcantes, tanto pelo pioneirismo como pela escuta que se teve para diferentes grupos de representantes da sociedade civil.

Alguns pontos interessantes da nova lei serão brevemente enumerados, para que se entenda em que aspectos ela irá alterar o panorama da comunicação no país e os principais temas apontados por grande parte da mídia nacional e internacional como censura ou tentativa de controle.

1. Enfraquecimento do poder de controle Executivo (que ainda era fortemente mantido pela presença de um interventor que se responsabilizava pela aplicação das leis)
2. Garantir produção de conteúdo por parte de pequenas rádios e canais que antes, por serem das províncias, apenas recebiam o material, quase que integralmente produzido em Buenos Aires.
3. Criação de um corpo de instâncias visando a melhoria e aplicação das regras da comunicação no país, tais como o Conselho Federal de Comunicação Audiovisual e a Autoridade Federal de Serviços de Comunicação Audiovisual.
4. Limite de 10 licenças por pessoa ou empresa
5. Proibição da propriedade cruzada de meios de comunicação.

¹⁰ podría señalarse que en la compleja relación Estado, medios y sociedad la intervención pública en la definición de políticas de medios se torna indispensable si se pretende definir un espacio comunicacional no oligopólica. Es evidente que la simple intervención del Estado no es suficiente, ya que la misma debe estar fundada en determinadas orientaciones y contenidos políticos y culturales para que sea democratizadora. Y entendemos como intervención democratizadora, aquella práctica que amplía las posibilidades de participación popular, no sólo en la producción de programas, sino también en la toma de decisiones sobre las políticas (en nuestro caso de medios) más globales.(tradução livre do autor)

6. Estabelecimento de altas cotas de produção nacional (60%), própria (30%) e independente (10%)
7. Reserva de 33% de todo o espectro para o setor privado não-comercial
8. Suspensão da proibição a entidades não-lucrativas como emissoras
9. Garantir a liberdade de expressão

Os pontos 4 e 5 da nova lei são alguns dos mais polêmicos, uma vez que são enxergados pela mídia, tanto no país como fora, como um claro ataque ao grupo Clarín, detentor de licença em vários canais e principal produtor de conteúdo no país. Essa proteção ao status quo, não só da parte do grupo Clarín, como de diversos grupos de mídia no mundo, denotam mais uma vez como há uma certa união em torno dos preceitos neoliberais do funcionamento da comunicação social.

Esta constatação vai de encontro, por exemplo, aos movimentos unificadores das empresas do setor quando se trata de defender seus interesses. Seja nas recorrentes diligências em benefício da concentração, pela propriedade cruzada dos meios, seja nas manifestações de altruísmo coletivo, quase totalitário, em favor da auto-regulamentação dos conteúdos (SANTOS, 2004: 43)

Enfim, mesmo não chegando a tratar todos os pontos de interesse, até porque essa seria tarefa praticamente impossível, ao que tudo indica a nova lei tem, ao menos como princípio, uma tentativa de democratizar os meios de comunicação de massa. Uma caminhada que passa necessariamente por garantir maior pluralidade de vozes emissoras de informação, de produtores de conteúdo que possam efetivamente encontrar um espaço de manifestação, ou seja, buscar um caminho realmente alternativo para a comunicação de massa. Um caminho que passa por uma tentativa de regulamentar um setor complexo, por resistir sempre à qualquer tipo de mudança que não seja de seu interesse. É nesse, e apenas nesse sentido, o da inclusão da sociedade civil no meio das trocas de informação, que o Estado deve agir como garantidor de um direito.

2.2 O caso Reino Unido

Como na maioria dos países a Inglaterra possui uma legislação diferenciada para mídia impressa, revistas, jornais, etc, e para as mídias digitais. Como na maioria dos países, também lá a imprensa funcionava de forma muito mais “livre” do que os outros meios. Os recentes escândalos porém, envolvendo os tablóides do bilionário Rupert Murdoch fizeram com que as atenções na ilha se voltassem quase que completamente para os jornais, colocando em evidência um meio já quase ignorado.

Como na maioria dos Estados liberais, houve na Inglaterra desde o primeiro momento uma preocupação muito grande com o controle dos meios para a comunicação de massas. Espectros para rádio e TV eram altamente controlados, pois seu alcance e influência na opinião pública era reconhecidamente elevado. Quanto ao aspecto do conteúdo, há, desde as primeiras legislações a presença de uma preocupação em garantir a pluralidade de vozes e da questão da informação como parte importante na formação do sujeito social, que para participar ativamente dos processos de seu país, precisava estar inteirado dos assuntos de maior importância. Uma análise da imprensa realizada entre os anos 1947-1949 por uma Comissão Real já destacava esse importante papel do jornalismo em uma sociedade livre e democrática. Todas esses preceitos que valiam para o jornal impresso, legal ou moralmente, passaram também a fundamentar o jornalismo realizado no rádio e na TV, quando do seu aparecimento.

362. A forma democrática de sociedade demanda dos seus membros uma participação ativa e inteligente nos interesses de sua comunidade, seja local ou nacional. Assume-se que eles estão informados bem o suficiente sobre as questões do dia para ter a capacidade de formar os maiores julgamentos requeridos para uma eleição, e manter entre as eleições a vigilância necessária naqueles cujos governantes são criados e não seus mestres. Cada vez mais, [a forma democrática] exige uma participação alerta e informada não apenas nos processos puramente políticos mas também nos esforços da comunidade para ajustar sua vida social e econômica às circunstâncias crescentemente complexas(SANTOS apud GOLDING; MURDOCK, 1997a, p. 15457).¹¹

¹¹ 362. The democratic form of society demands of its members an active and intelligent participation in the affairs of their community, whether local or national. It assumes that they are sufficiently well informed about the issues of the day to be able to form the broad judgments required by an election, and to maintain between elections the vigilance necessary in those whose governors are servants and not their masters. More and more it demands also an alert and informed participation not only in purely political processes but also in the efforts of the community to adjust its social and economic life to increasingly complex circumstances

As diferenças de tratamento dadas ao meio impresso e ao meio digital, porém, evidenciavam qual era a prioridade de regulação do governo britânico.

Para garantir a qualidade da informação dos jornais britânicos, a sociedade contava apenas com o PCC (Press Complaint Commission) para registrar queixas e denunciar abusos. Formado no início dos anos 90, após a elaboração de um longo relatório que denunciava uma série de problemas na imprensa britânica, que haviam estourado em escândalos nos anos 80, o PCC funcionava como um órgão autorregulador. Formado por membros indicados pelas próprias empresas jornalísticas, ele quase não agia e era percebido como ineficiente.

Já as TVs e rádios eram vistos com outros olhos pelo governo. O controle desses setores é feito por dois órgãos criados a partir do Broadcasting Act de 1990, em paralelo, se quisermos, à entrada do neoliberalismo no contexto britânico. Para controlar o conteúdo apresentado na TV, uma grande preocupação dos britânicos que foram talvez os primeiros na Europa a incorporar o produto como bem de consumo de toda a classe média, foi criado o ITC (Independent Television Commission). As emissoras de rádio seriam fiscalizadas pelo RA (Radio Authority), e gozariam ambos de poderes muito mais amplos do que o PCC.

Como coloca Ewan Ruth no seu estudo sobre as leis de mídia britânicas, “Estes organismos possuem amplo poder de licenciamento e seu estatuto de governança requer que estabeleçam certos códigos os quais os licenciados devem obedecer. Eles também tem amplo poder de sanção aos transmissores que infringirem suas condições de licença, inclusive através de sua suspensão ou revogação permanente.”¹² (RUTH, 1999: 4)¹³

A única que escapa ao alcance do ITC é a BBC, TV estatal britânica que apesar disso se submete também a BSC (Broadcasting Standard Commission) que atua nos setores público e privado, fiscalizando tanto rádios quanto canais de TV.

Como se pode ver a tentativa é constante no sentido de garantir ao cidadão a maior pluralidade de vozes possível, em um sistema que se adapta bem a realidade atual.

¹² These bodies have broad licensing powers and the governing statute requires them to establish certain codes to which licensees must conform. They also have broad powers to sanction broadcasters who breach license conditions, including through suspension or revocation of licenses.

¹³ Disponível em: <<http://www.article19.org/data/files/pdfs/publications/uk-media-regulation.pdf>>. Acesso em 30 nov. 2013

O caso da BBC, que recebe seus fundos via uma taxa cobrada diretamente dos cidadãos, pode ser considerada um caso de sucesso. Em um universo em que aparentemente apenas as maiores e mais fortes empresas de mídia sobreviverão, as chamadas Global Players (DOCTOR), o canal demonstra força para se destacar no cenário internacional.

Estabelecida em 1926, é um serviço tanto de rádio quanto de televisão transmitido no Reino Unido e fora. Ele é financiado basicamente por um imposto cobrado de cada cidadão inglês que possua uma televisão, além de ganhar alguma receita comercial. Esse caráter internacional aliado a um forte fluxo de caixa fixo encaixam a empresa perfeitamente no contexto das grandes empresas globais de comunicação, que vem surgindo cada vez mais fortes. Esse posicionamento inglês é estratégico, marcando presença em um campo onde as empresas americanas vem se destacando e dominando a maioria dos meios transmissores que atingem um nível mundial.

Por não ser submetida ao ITC a BBC possui seu próprio departamento de queixas, o Programme Complaints Unit. Sua função é receber queixas sobre qualquer falha de um funcionário relacionada ao Producers' Guidelines, um código elaborado ao qual todo produtor deve aderir e que é atualizado regularmente. Além disso, se o queixoso não se sentir satisfeito com a atuação da unidade de reclamações, ele pode apelar para o Governors' Programme Complaints Appeals Committee. Ambos os órgãos publicam as queixas e decisões quinzenalmente.

Mesmo criando todo esse aparato de controle interno, a BBC foi vítima de escândalos recentemente, que também abalaram sua credibilidade e a de seu sistema de controle. A emissora britânica foi acusada de não investigar com rigor centenas de denúncias de pedofilia contra o ex-apresentador Jimmy Savile, morto em 2011. O escândalo resultou posteriormente no pedido de demissão do diretor-geral da BBC, George Entwistle, e no afastamento da diretora e do vice-diretor do jornalismo do conglomerado, Helen Boaden e Steve Mitchell.

Como escreveu Alberto Dines ao comentar o caso no editorial do Observatório da Imprensa:

Isso explica a necessidade de exercermos nosso senso crítico em qualquer situação e oportunidade. E justifica a existência de entidades independentes, aptas ao exercício da crítica, qualquer que seja o formato do veículo jornalístico e o modelo acionário da empresa que o edita.

Dois clamorosos erros cometidos pela BBC, uma empresa de comunicação modelar, única no mundo e fundada há quase um

século, comprovam que numa sociedade democrática, qualquer poder deve produzir um contrapoder de modo a neutralizar todos os abusos e disfunções.(DINES)¹⁴

O caso porém que mais chamou a atenção em termos de regulação de mídia na Inglaterra nos últimos anos foi certamente o Inquérito Leveson. Originado após denúncias de grampos ilegais, chantagens e subornos praticados por jornalistas do tablóide “News of the World”, o dominical que mantinha uma média de vendas de quase três milhões de cópias por semana, ele gerou um relatório de extrema importância, por estabelecer parâmetros fixos para controlar a mídia impressa, sempre defendida como aquela que deve ser completamente livre de qualquer interferência externa, especialmente do governo.

O relatório recomenda a criação de uma comissão externa, com membros não submetidos nem ao governo, nem às empresas jornalísticas.

Apesar de se tratar mais uma vez da ideia de autorregulação (que já havia originado o agora extinto PCC), o relatório também explanou uma série de falcaturas e esquemas entre jornalistas e membros da polícia, de gabinetes e de outros setores governamentais. O que fica evidenciado é mais uma vez a mistura entre as esferas governamental e empresarial, com uma servindo aos interesses da outra, mas nunca aos da sociedade.

O relatório não trata o caso News of the World como um incidente isolado e centra todas as suas constatações no fato de que houve um silêncio cúmplice da imprensa britânica com relação aos desmandos do jornal sensacionalista dominical. O juiz Brian Leveson parte deste pressuposto para propor que a imprensa seja monitorada por um órgão independente tanto das organizações empresariais quanto do governo. Na verdade, a sugestão não chega a ser revolucionária em seu conteúdo porque se baseia no princípio da autorregulação da imprensa, que teoricamente já deveria ter inibido violações dos códigos de ética do jornalismo por parte das empresas. Nada impede que o novo órgão venha a cair na mesma armadilha da ineficiência e omissão, já que o novo debate sobre o

¹⁴ Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/os_maus_pedacos_da_bbc. Acesso em 14 nov.2013

monitoramento da imprensa é político e não funcional ou operacional. (CASTILHO)¹⁵

2.3 Regulação no Brasil

Se tanto na Inglaterra quanto na Argentina, de uma forma ou de outra, a regulação de mídia tem se apresentado como uma necessidade e uma demanda popular cada vez mais forte, no Brasil o tema esbarra em uma série de empecilhos sociais e políticos que parecem não permitir o avanço do debate sobre o assunto.

No período que caracterizamos como o de transição do fordismo para o pós-fordismo nas comunicações, parece ser normal para esses outros Estados um debate na própria sociedade sobre a questão da legislação midiática, ou, melhor dizendo, um debate sobre a democratização da comunicação. Porém no Brasil, esse debate se mostra extremamente atravancado, e as poucas propostas concretas que chegam a ser criadas para abarcar o assunto são constantemente criticadas, atrasadas e nem mesmo chegam a ser concretizadas. Entre as poucas que passam a ter validade, a maioria é simplesmente ignorada pelos proprietários dos meios de comunicação.

Como coloca Venício Lima, um dos principais motivos para esse “atraso” é justamente o boicote dos próprios meios de comunicação contra qualquer proposta que altere seu estado atual, altamente concentrado e ligado ao poder, tanto econômico quanto político.

Outra característica que diferencia o Brasil de outros países latino-americanos é que aqui, historicamente, os grupos dominantes têm (a) impedido a regulamentação de normas e princípios constitucionais e/ou, (b) quando regulamentadas, as normas são impedidas de funcionar e/ou (c) até mesmo o debate sobre o tema tem sido interditado publicamente, isto é, só merece a atenção da grande mídia para ser satanizado. (LIMA)¹⁶

A estreita relação entre os meios de comunicação e o meio político já se desenhava no Brasil a partir do governo Vargas, que sabia utilizar mecanismos de concessão de outorgas tanto quanto de

¹⁵ Disponível em:

<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/posts/view/relatorio_levenson_uma_tentativa_de_apagar_uma_fogueira_que_pode_deflagrar_um_incendio> Acesso em 14 nov.2013

¹⁶ Disponível em:

<http://mariafro.com/2011/06/30/venicio-lima-por-que-no-brasil-nao-avancamos-na-regulacao-do-setor-da-comunicacao> o Acesso em 12 nov.2013

censura propriamente dita, para controlar a opinião pública. Como coloca Graças Caldas (<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/13681/12540>)

Historicamente, a política de concessões de emissoras de rádio e televisão esteve arraigada a interesses de grupos privilegiados. A utilização dos meios de comunicação de massa como prática de manipulação de poder tem sido uma constante na sociedade brasileira. Desde a instauração do Estado Novo de Getúlio Vargas, (1937-1945), os critérios de distribuição das emissoras de rádio tem sido eminentemente políticos. Não por acaso representam a voz do poder. (CALDAS, 1998:40)

Porém, ele identifica também que é somente a partir da regulamentação do Código Brasileiro de Telecomunicações de 1962 que pode se perceber uma política clara de comunicações no Brasil. Ao reservar ao poder executivo, ao próprio presidente da República, o direito exclusivo de concessão para emissoras de rádio e TV, esse código prepara o terreno para a atuação do governo militar na área da mídia, que se aproveita desse poder para controlar a opinião pública.

A legislação autoritária permitiu que o governo militar, instalado em 1964, promovesse o desenvolvimento tecnológico nacional através da expansão das telecomunicações, área considerada estratégica para o controle político do país. Ao mesmo tempo, facultou a outorga de emissoras de rádio e televisão aos amigos do sistema. Com isto, os proprietários da mídia eram invariavelmente empresários vinculados ao governo ou políticos acostumados à prática do clientelismo. Não por acaso as emissoras são consideradas as principais armas eleitorais de um político. (CALDAS, 1998:41)

É ainda esse o período que Suzy Santos identifica como o do fordismo na mídia brasileira, no qual o país reproduzia em seu território, características e elementos típicos dessa forma organizacional.

A produção industrial, para o consumo de massas, e a lógica do Estado de Bem-Estar Social apareceram inseridas num contexto em que a atividade econômica estava localizada no 'Estado Nação'. Desta forma, todos os setores da economia eram dominados por oligopólios nacionais "três ou quatro companhias dominantes podiam ser identificadas em cada área" (Webster, 1995, p. 140). É o período das redes broadcast, ou televisão aberta, com um pequeno número de canais e audiência massiva. O período mais próximo ao fordista, nas comunicações brasileiras, pode ser datado a partir da década de 70 quando se

estabelece a estatização das telecomunicações, unidas no Sistema Telebrás, e a televisão brasileira passa a ser transmitida em rede nacional. (SANTOS, 2004:92)

Parece porém, que ao sair desse momento, o país não aproveita, ou vê sufocada, qualquer possibilidade de ampliar o poder de informação do cidadão. As reformas legais autorizadas a partir da Constituição de 1988 apontam em sua maioria sim para uma internacionalização dos meios, mas nunca para sua popularização. As mudanças sugeridas nesse sentido, que não são poucas, parecem nunca se concretizar de fato, por pressões políticas e mesmo dos próprios meios.

As condições para mudança existem, o período de transição é propício, mas por diversos fatores, o país não consegue dar seu salto rumo a uma democratização da mídia. A resistência é enorme e a pressão é grande pela manutenção das coisas como estão. Como coloca Venício Lima

é que aqui (Brasil), no período posterior ao regime militar, apesar da eleição e reeleição de um governo categorizado como “populista de esquerda”, não houve mudanças em relação aos interesses que são atendidos na formulação da política pública do setor. Continuam a prevalecer os grandes empresários privados, aliados a grupos familiares e oligárquicos da velha política regional e local. (LIMA)

São muitos os exemplos desse boicote ao debate do tema da regulamentação de mídia, e o autor cita alguns dos mais marcantes:

O principal deles é certamente a própria Constituição de 1988, cuja maioria dos artigos relativos à comunicação social não logrou ser regulamentada decorridos 24 anos de sua promulgação.

Outros, não menos importantes, incluem:

- O decreto que criava o serviço de retransmissão de TV institucional (RTVIs), que foi revogado dois meses depois (2005);

- O resultado do trabalho de duas comissões criadas no âmbito do governo federal para propor uma nova regulamentação para as rádios comunitárias (GT 2003 e GTI 2005), que nunca foi levado em conta;

- O primeiro decreto sobre o modelo de TV digital (2003), que foi substituído por outro apontando para a direção inversa (2006);

- O pré-projeto que transformava a Ancine em Ancinav (2004) que nunca chegou sequer a se tornar projeto, mas seus opositores foram contemplados com a criação do Fundo Setorial do Audiovisual (2006) e, mais recentemente, com a polêmica Lei 12.485/2011;

- As diretrizes originais para a comunicação constantes da primeira versão do III Programa Nacional de Direitos Humanos, PNDH3 (2009) foram alteradas menos de cinco meses depois por novo decreto (2010): excluíram-se as eventuais penalidades previstas no caso de desrespeito às regras definidas; e excluiu-se a proposta de elaboração de “critérios de acompanhamento editorial” para a criação de um ranking nacional de veículos de comunicação.

- A convocação e realização da 1ª Confecom – Conferência Nacional de Comunicação, que produziu mais de 600 propostas que jamais saíram do papel (2009);

- Os três decretos que finalmente geraram um anteprojeto de marco regulatório para a comunicação eletrônica (2005, 2006 e 2010) que nunca se tornou público(LIMA)¹⁷

Dentre estes, destacamos os casos da constituição de 1988 e o da adoção do padrão de TV digital no Brasil como exemplares do momento pós-fordista que vivemos. Denotam o afastamento do Estado do seu papel de controlador direto do mercado para ser simples árbitro de interesses, favorecendo quase sempre em seus julgamentos os interesses corporativos, frente aos da população civil.

O capítulo referente à Comunicação Social dentro da nova Constituição Brasileira foi tema de intenso debate e nunca chegou a ser completamente regulamentado. A comissão responsável pelo capítulo foi a única que não finalizou seu relatório de trabalho, pela falta de um acordo entre as partes envolvidas. Apesar de trazer indicações de temas importantes, esses nunca chegaram a ser amplamente tratados e as brechas permitiram a manutenção do poder vigente.

Se por um lado o poder de outorga foi retirado das mãos do poder executivo e transferido ao Congresso Nacional, muitas das diretrizes estabelecidas nos artigos não são respeitadas por uma falta de controle no setor. Assim, segundo o texto, “os meios de comunicação social não podem, direta ou

¹⁷ Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed722_o_ruim_sempre_pode_piorar>
Acesso em 18 nov.2013

indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio” (parágrafo 5º do artigo 220), mas através de uma estrutura de rede e afiliadas, que nunca chegou a ser regulada, algumas poucas famílias mantêm o controle sobre quase tudo que é divulgado na mídia brasileira.

Mesmo estando claramente afirmado que “os Deputados e Senadores não poderão firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes” (alínea ‘a’ do inciso I do artigo 54), diferentes estudos comprovam o alto número de políticos que, através de propriedade direta ou indireta, controlam uma série de veículos de comunicação e estão constantemente articulados para não perder seus direitos.

Se está estabelecido que os canais de rádio e TV devem conter programação que respeitem “aos princípios de preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação; regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei; respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família” (artigo 221), raramente é isso que se percebe nas emissoras locais.

Há ainda a proposta de criação de uma agência reguladora nos moldes da FCC, o Conselho de Comunicação Social. Ponto de disputa no texto de 88, o Conselho foi regulamentado em 1991 e só chegou a ser efetivamente criado em 2002, mesmo que, como escreve Venício Lima, “Sua composição não traduz a ideia da Constituição de 1988, de um órgão plural com representação diversa. Há um claro predomínio de interesses empresarias.” (LIMA)

Em suma, como afirma Suzy Santos:

A Constituição Federal de 1988 trouxe mudanças às comunicações como a extinção da censura, a exigência de que o processo de outorga de concessões passasse por aprovação do Congresso Nacional e a criação do Conselho de Comunicação Social como órgão auxiliar. Contudo, esta transição esteve limitada pela continuidade de um sistema político, amplamente sustentado pelas elites oligárquicas tradicionais, no qual a supremacia dos interesses dos proprietários de radiodifusão foi assegurada. (SANTOS, 2004:99)

A implementação da TV digital no Brasil é outro caso que denota como interesses corporativos ainda tendem a ser levados mais em conta do que os da população quando se fala em comunicação e informação.

Na transição da TV analógica para a digital tanto equipamentos, quanto concessões e conteúdos necessitam ser alterados, constituindo assim um momento propício quando se fala em regulamentação. Se há necessidade de mudança, por que não alterar a própria estrutura na qual essas novas tecnologias se sedimentam? Como afirma Bolano

O caso da implantação da televisão digital terrestre (TVD), no Brasil, é paradigmático para o estudo das políticas de comunicação no país. Tendo em vista o atraso histórico do mercado midiático nacional, marcado pela concentração, privilégios político-partidários, falta de controle público dos processos de publicização e ausência de um sistema não-comercial paralelo com força junto ao público, estes problemas deveriam ser atacados justamente neste momento, de transição tecnológica (BOLAÑO;BRITTOS, 2007: 1;2)¹⁸

Ao menos em teoria, essa discussão toma corpo no país, resultando em 2003 no Decreto N° 4.901 de 26 de novembro, que institui oficialmente o Sistema Brasileiro de Televisão Digital – SBTVD. Em sua gênese, esse sistema procurava sim respeitar novos padrões, como se pode perceber por seus objetivos declarados naquele momento.

- I – Promover a inclusão social, a diversidade cultural do País e a língua pátria por meio do acesso à tecnologia digital, visando a democratização da informação;
- II – Propiciar a criação de rede universal de educação à distância;
- III – Estimular a pesquisa e o desenvolvimento e propiciar a expansão de tecnologias brasileiras e da indústria nacional relacionadas à tecnologia de informação e comunicação;
- IV – Planejar o processo de transição da televisão analógica para a digital, de modo a garantir a gradual adesão de usuários a custos compatíveis com sua renda;
- V – Viabilizar a transição do sistema analógico para o digital, possibilitando às concessionárias do serviço de radiodifusão de sons e imagens, se necessário, o uso de faixa adicional de radiofrequência, observada a legislação específica;

¹⁸ Disponível em: <http://www2.eptic.com.br/sgw/data/bib/artigos/a21e5ea9d1931ace273e34879e629d9a.pdf>
Acesso em: 11 nov.2013

VI – Estimular a evolução das atuais exploradoras de serviço de televisão analógica, bem assim o ingresso de novas empresas, propiciando a expansão do setor e possibilitando o desenvolvimento de inúmeros serviços decorrentes da tecnologia digital, conforme legislação específica;
VII – Estabelecer ações e modelos de negócios para a televisão digital adequados à realidade econômica e empresarial do País;
VIII – Aperfeiçoar o uso do espectro de radiofrequências;
IX – Contribuir para a convergência tecnológica e empresarial dos serviços de comunicações;
X – Aprimorar a qualidade de áudio, vídeo e serviços, consideradas as atuais condições do parque instalado de receptores no Brasil; e
XI – Incentivar a indústria regional e local na produção de instrumentos e serviços digitais. (ATOS DO PODER EXECUTIVO, Decreto 4.901, 26 de novembro de 2003)

Fica claro no texto a visão da TV digital como possibilidade não só de um aumento de qualidade de imagem, mas em um aumento de qualidade (diversidade) de conteúdo. Os artigos VI e XI particularmente, se interessam diretamente pela ampliação do número de vozes que poderiam fazer uso desse novo meio.

Na prática, entretanto, não foi isso que aconteceu. Como uma tecnologia ainda em desenvolvimento, o país tinha algumas opções para sua implementação em território nacional. O padrão europeu, DTV, pressupunha um único operador de rede por localidade. O espectro de propagação seria controlado por ele, o que resultaria em uma ampliação de canais e programações, uma vez que o modelo digital permite um maior número canais a serem propagados no mesmo espectro.

Visando porém a preservação de suas outorgas, as operadoras de TV nacionais pressionaram pelo modelo japonês de TV digital, o ISDB, o que na prática representava que a sua continuidade como operadores individuais dentro de seus espectros. Se a qualidade da imagem aumentaria em muito, sua diversidade não sofreria quase nenhuma mudança.

Como podemos perceber, portanto, se a questão da regulação é vista pela mídia nacional como negativa e autoritária, não se pode ignorar o fato que sua desregulação fornece um caos que só favorece alguns, mas não a sociedade como um todo.

3 REGULAÇÃO NO MUNDO, VISTA DO BRASIL

Se no âmbito internacional, quer olhemos para nossos vizinhos, quer procuremos exemplos mais distantes, o tema da regulação da mídia já foi tomado como elemento central em grande parte das discussões por avanços políticos e sociais, no Brasil ainda se apresenta uma certa resistência ao assunto.

Em grande parte o avanço é muito travado por uma ideia amplamente difundida de que regulação e censura são a mesma atividade. Qualquer interferência do governo nos meios de comunicação é vista como uma tentativa de silenciar as críticas e de sustentar uma hegemonia de opinião, como se a imprensa fosse o último bastião entre política e autoritarismo.

É claro que o poder de formar opinião é por si só extremamente perigoso, e deve ser tratado com o máximo cuidado para não se desrespeitarem direitos básicos de cada cidadão. É claro, também, que a mistura excessiva entre política e jornalismo é muito perigosa, pois dá ao governante a possibilidade de manutenção no poder. O jornalismo sempre se enxergou como um quarto poder e definitivamente ele tem papel importante no quase insustentável equilíbrio democrático. Sua independência é fundamental. Daí a se proteger sempre atrás do escudo da liberdade de expressão para defender a impunidade em uma atividade, como já colocamos, fundamental ao exercício

democrático, parece um pouco exagerado.

Como coloca Venício Lima, os próprios meios de comunicação tem papel preponderante nessa interdição ao tema da regulação.

Apesar de ocupar uma posição de centralidade na "batalha das idéias" que se trava cotidianamente em nossa sociedade, o debate público das questões envolvidas na relação entre *liberdade de expressão* e *liberdade da imprensa*, sofre de uma interdição não declarada por parte dos grupos dominantes de mídia. A mera lembrança do tema sempre provoca imediatas rotulações de autoritarismo e de retorno à censura. (LIMA)¹⁹

O texto grifa ainda a confusão intencional que se faz diversas vezes entre os termos liberdade de imprensa e liberdade de expressão, expressões que se diferenciam em diversos pontos, como exemplo o fato desta segunda se referir basicamente a um direito individual e não corporativo. Visto que a própria mídia se entende como formadora de opinião e não como simples expressão, parece óbvio que as regências de cada direito deveriam sim passar por crivos legais distintos.

O assunto ganha contornos ainda mais delicados no contexto brasileiro, onde nossa recente história de controle à ambos os direitos, tanto de expressão quanto de imprensa, ainda carrega marcas sentidas na sociedade. O controle direto do governo militar ainda é trauma recente no Brasil, não deve ser esquecido, mas não pode servir como impedimento ao debate. Como coloca Lima, “Mesmo levando-se em conta o trauma ainda relativamente recente do regime militar (1964-1985), esse é dos muitos paradoxos históricos dos liberais brasileiros que nem sempre praticam o que afirmam defender.” (LIMA)

O tema é visto como tabu por grande parte da opinião pública, porém eventos internacionais recentes trouxeram a tona questões que não puderam ser ignoradas. Entre estes, dois dos que ganharam algum destaque no cenário nacional foram o escândalo dos grampos utilizados por jornalistas do dominical News of the World, tablóide pertencente ao magnata da mídia Rupert Murdoch e a aprovação por parte do congresso argentino a uma nova lei de meios.

No caso inglês, o escândalo gerou um inquérito conduzido pelo juiz Justice Leveson que exibiu ao seu final um relatório. Este expunha diversos abusos da imprensa inglesa, que agia livre sob a guarda de um ineficiente sistema de autorregulação, composto por um Press Complaint Commission (PCC)

¹⁹ Disponível em: < http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/ao_direito_a_comunicacao>. Acesso em: 26 nov.2013

praticamente inativa. A notícia ganha mais peso em se tratando de Inglaterra, país símbolo da liberdade de imprensa desde o século XVII.

Já na Argentina, o caso ganha fortes contornos políticos, por se tratar de uma guerra direta entre o principal conglomerado de mídia e a presidenta do país, Cristina Kirchner. É interessante perceber, porém, as raízes sociais do projeto, que foi foco de intenso debate civil antes de ser tomado como projeto do governo Kirchner e ser jogado em meio a uma guerra judiciária entre ela e o grupo Clarín.

Com casos de tamanha importância internacional, o debate sobre a regulação da mídia passou a ser pauta mais frequente no noticiário local, e a ser centro de intensas discussões, tanto no âmbito acadêmico como dos próprios jornalistas. Era uma discussão inevitável na sociedade brasileira e os “formadores de opinião” não puderam ficar calados.

Ao longo desse capítulo iremos analisar as especificidades desses dois casos de um ponto de vista histórico e teórico, seguido de uma exposição da própria visão de alguns grupos de mídia sobre o assunto.

Para isso, foi feita uma pesquisa em todas as edições dos jornais O Globo e Folha de S. Paulo no ano de 2012. A escolha por esses dois veículos foi focada basicamente em critérios de circulação (influência) nacional. Se a Folha é o jornal mais vendido, O Globo faz parte de uma poderosa rede de informação, restrita não apenas ao jornal impresso, mas a uma série de veículos que, sempre que necessário, é posta em movimento em prol de determinado interesse ou opinião.

O ano de 2012 foi escolhido por ter sido de grandes mudanças e debates tanto na Argentina quanto na Inglaterra sobre a questão da regulamentação da mídia. O relatório Leveson foi exposto e a briga entre Cristina Kirchner e o grupo Clarín se acirrou a um nível sem precedentes.

Dessas edições, são selecionados alguns editoriais e artigos de opinião que refletem, de certa forma a visão desses grupos sobre a questão da regulação. Por isso também a opção por jornais, onde essas ferramentas por vezes tornam mais explícitas as opiniões desses grupos. Comprovando um padrão de proteção à desordem, há uma visão de que a liberdade de imprensa está acima de qualquer lei, ela é pura e simplesmente a própria liberdade (“Cerco à Liberdade na América Latina”, editorial, O Globo, 16/10/2012).

Assim, a análise que se segue, além de tentar trazer uma breve exposição das circunstâncias

históricas e políticas que cercaram esse debate nesses dois países pretende trazer também uma pequena amostra empírica desse protecionismo em nosso país, mostrando que se não servem aos interesses do Estado, essas empresas podem também não estar servindo integralmente aos interesses da população.

Como coloca Bolaño, os papéis desempenhados pela mídia no sistema neoliberal são vitais para manutenção do sistema, e por isso é vital que esta mesma seja constantemente estudada e analisada, mantendo assim um permanente estado de vigília contra os abusos que podem surgir nesse meio.

É nessas condições que o neoliberalismo ganha força no debate econômico, em prejuízo do pensamento keynesiano até então dominante. Com isso, fica prejudicado o movimento de conquista de adesão ao sistema, ou de permanente construção da hegemonia, levando, no limite, a um abalo do próprio capitalismo, cujas fragilidades ficam à prova, um problema de legitimidade que terá ser tratado em médio e longo prazo, tendo a mídia um papel essencial nesse encaminhamento. (BOLAÑO, BRITTOS, 2007: 4)

3.1 Lei de Meios

Ainda que seja hoje foco de uma briga política intensa entre a presidente e o maior grupo de comunicação do país, a Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual, popularmente conhecida como Lei de Meios, encontra suas raízes na sociedade civil Argentina. É claro que ela só pode efetivamente vingar e chegar ao seu formato atual quando uma vontade política a sustentou de fato. Mas em sua formulação há um interesse legítimo da população que não pode ser deixado de lado.

Como colocam Luís Lázzaro, Néstor Busso e Diego Jaimes em seu livro sobre a elaboração da Lei de Meios, da qual foram participantes

Desta vez, o debate não esteve somente nas telas, e isso não souberam entender àqueles que se opuseram e terminaram em minoria. A lei, a construímos e ganhamos no espaço público, no boca a boca, nas ruas, nos centros culturais, nas associações de moradores, nas universidades, nos fóruns públicos, na construção desse caminho sempre complexo entre o social e o político.²⁰

²⁰ “Esta vez, el debate no estuvo solamente en las pantallas, y eso no supieron entenderlo quienes se opusieron y quedaron en minoría. La Ley la construimos y ganamos en el espacio público, en el boca a boca, en las calles, los centros culturales, las asociaciones vecinales, las universidades, en los

Essa constatação de que o debate foi essencialmente social em sua gênese, é de certa maneira explicada pelo fato de as telecomunicações na Argentina ainda serem regidas, até o momento, por uma lei sancionada na ditadura ainda no ano de 1972, o decreto-lei 19.798, denominado Lei Nacional de Telecomunicações. Além do absurdo de um setor tão fundamental ser regido por uma lei que em nada representa a sociedade atual, que tem em grande parte, enorme desprezo por tudo que diz respeito à ditadura no país, estranha-se também o fato de que, com tantas mudanças no âmbito das comunicações, possa uma legislação de mais de 30 anos servir como base para o arbítrio de questões e impasses da área.

O caráter ditatorial da lei não era surpresa à sua época, a Argentina ao longo de uma série de decretos e imposições do poder executivo conhecera apenas uma legislação efetivamente democrática, aprovada pelo congresso, em 1953. Porém intrigava e incomodava o fato de que uma lei baseada em preceitos tão antiquados e diferentes pudesse reger de forma concreta e correta a mídia do país.

O que alguns autores identificam nesse momento é que, amparados por essa legislação antiquada, alguns grupos de mídia manobravam para se favorecer das brechas e falhas do sistema. Tudo isso protegidos pelo grande escudo da não-intervenção estatal em favor do mercado, um mercado que, não pode deixar de se dizer, impunha suas próprias novas regras.

As manobras eram das mais diversas, sempre visando manter a rédea solta de seus próprios negócios. A simbiose política-meios de comunicação, que antes se expressava com o forte controle do Estado, detentor dos meios em si, começa a experimentar uma nova forma, com a internacionalização dos grupos e do consequente surgimento de novas forças que passam a lutar por seus próprios interesses.

O governo de Carlos Menem, ao fim dos anos 80, início dos 90, teve papel crucial em muitas das alterações que a lei de 1972 sofreu, como expõe Néstor Busso ao comentar as alterações realizadas por ele na Lei 22.285, original de 1980 para reger as rádiodifusões.

foros públicos, en la construcción de ese camino siempre complejo entre lo social y lo político.”

²¹ Disponível em: <<http://www.villamanuelita.org/lacocina/La%20Cocina%20de%20la%20Ley%20.pdf>> Acesso em: 12 nov.2013

Essa “lei”, inspirada na “Doutrina de Segurança Nacional” teve vigência 29 anos, ainda que durante esse tempo tenha sido reformada em várias ocasiões para adequá-la aos interesses do momento. Originalmente pensada para o controle cidadão e o negócio, aos poucos dois se adequando, entre 1989 e 2005, ao modelo de mercado do neoliberalismo, facilitando e promovevendo a privatização, a concentração, a extranjeirização e o controle da comunicação nas mãos de uns poucos grandes grupos econômicos. As principais modificações foram levadas adiante por Carlos Menem: a lei 23.696 de 1989 e o decreto 1005, de 1999.²² (BUSSO, 2009:13)

A lei 23.696, sancionada com a intenção de regularizar as diversas rádios locais que haviam surgido na país, entrega nas mão do executivo o poder de usar os meios necessários para regar o sistema de rádiodifusão, até que seja aprovada nova legislação. Com essa prerrogativa, Menem irá criar os PPP (Permisos Precarios y Provisorios), que determinam os direitos de emissão da empresas. Apesar de provisórias, essas permissões eram passíveis de transferência, criando assim uma escalada da privatização no setor, com a venda de diversas licenças.

Além disso, ela alterava alguns aspectos importantes de sua precedente em relação a propriedade de bens de radiodifusão. Busso destaca.

-O artigo 45, inciso e), que impedia empresas de jornais nacionais de possuírem licenças radiofônicas.

-O artigo 46, inciso a), que obrigava as empresas de serviços de radiodifusão de terem como objeto exclusivo a atividade radiodifusora

-O artigo 46, inciso c) que estabelecia um limite de 20 pessoas físicas como integrantes das sociedades radiodifusoras. (BUSSO, 2009: 15)

23

²² “Esa “ley” inspirada en la “Doctrina de la Seguridad Nacional” tuvo vigencia 29 años, aunque durante ese tiempo fue reformada en varias ocasiones para adecuarla a los intereses del momento. Originalmente pensada para el control ciudadano y el negocio de pocos fue adecuándose entre 1989 y 2005 al modelo de mercado del neoliberalismo, facilitando y promoviendo la privatización, concentración, extranjeización y control de la comunicación en unos pocos grandes grupos económicos. Las principales modificaciones las llevó adelante Carlos Menem: la Ley 23.696 de 1989 y el Decreto 1005 de 1999.”

²³ El artículo 45 inc. e), que impedía ser titulares de licencias a las empresas periodísticas nacionales; El artículo 46 inc. a), que obligaba a las empresas de servicios de radiodifusión a tener como objeto exclusivo la actividad radiodifusora; El artículo 46 inc. c), que establecía un límite de veinte personas físicas como integrantes de las

Além disso, o decreto 1005, de 1999, aumentava de 4 para 24 o número de licenças para rádio ou televisão que uma pessoa física ou jurídica poderia ter. Ao mesmo tempo, autoriza também a formação de cadeias repeditoras permanentes, facilitando assim a formação de redes de comunicação.

Prepara-se com tudo isso a internacionalização de um setor que deve agir cada vez mais à parte do próprio Estado.

Durante o período, qualquer mudança no sistema é automaticamente refutada e vista com maus olhos. De 1983 até 2005, foram 73 os projetos de lei que chegaram ao “estado parlamentar”, mas não chegaram a avançar. A lei de meios podia ser só mais um desses, não fosse toda uma conjuntura de fatores, desde sua formação, que a fez se destacar e passar a ser realmente válida.

No princípio do ano de 2004, à partir da FARCO (Foro Argentino de Rádios Comunitárias), começam a se reunir diversos setores da sociedade, comprometidos com uma substituição da antiga lei de telecomunicações no país, formando assim a Coalizão por uma Radiodifusão Democrática. Após diversas reuniões, na tentativa de abarcar o interesse de todos os participantes, foram elaborados uma série de 21 pontos fundamentais na discussão de uma nova legislação de mídia. É válido ressaltar que a atual lei de meios, sancionada na Argentina, tentava abarcar todos esses 21 aspectos, inclusive abordando, quando de sua divulgação, quais artigos e emendas corresponderiam a cada um dos pontos.

Dentre os 21 destacamos abaixo alguns que vão de encontro direto às questões das desvantagens do controle do mercado sobre as comunicações para o cidadão comum.

2-A radiodifusão é uma forma de exercício de direito à informação e à cultura, e não um simples negócio comercial.

4-As frequências radioelétricas não devem ser transferidas, vendidas nem emprestadas. Ninguém pode se apropriar das frequências. As frequências radioelétricas pertencem à comunidade, são patrimônio da humanidade e estão sujeitas por sua natureza e princípios a legislações nacionais assim como tratados internacionais. Devem ser administradas pelo Estado com critérios democráticos e adjudicadas a por períodos de tempo determinado àqueles que ofereçam um melhor serviço prestado.

sociedades radiodifusoras.

5- A promoção da diversidade e o pluralismo devem ser os objetivos primordiais da regulação da rádiodifusão.

6- Se uns poucos controlam a informação não é possível a democracia. Devem adotar-se políticas efetivas para evitar a concentração da propriedade dos meios de comunicação.

11-Existem três tipos de prestadores de serviço de rádiodifusão: públicos, comerciais e comunitários de organizações civis sem fins lucrativos. Fica proibido todo tipo de discriminação ou censura em causa da natureza jurídica da organização proprietária, no que diz respeito à potência, quantidade de frequências ou limitações de conteúdo.^{24 25}

As preocupações explicitadas, ao menos nesse texto radical, ou se quisermos, dessa base moral, são com a percepção de que a informação é preciosa demais para estar limitada apenas a alguns grandes grupos que possam fazer dela o que bem entenderem. É preciso pensar a comunicação, mais do que como privilégio de poucos, um direito de muitos.

Como explicita Lázzaro, é em prol dessa democratização da comunicação que a regulação vem interferir como garantidor dos direitos do cidadão, antes de qualquer coisa.

Em tal sentido, um amplo setor do movimento pela democratização da comunicação vem pleiteando que é necessário reconhecer a comunicação em si mesma como um direito humano fundamental. O pleiteamento do “direito de comunicação”, ou do “direito a comunicar”, em nosso critério não se contrapõe ao conceito de “direitos da comunicação (no plural). Consideramos que são mais bens

²⁴ Disponível em: <http://www.villamanuelita.org/lacocina/La%20Cocina%20de%20la%20Ley%20.pdf> Acesso em 16 nov. 2013

²⁵ 2.- La radiodifusión es una forma de ejercicio del derecho a la información y la cultura y no un simple negocio comercial. 4.- Las frecuencias radioeléctricas no deben transferirse, venderse ni subastarse. Nadie debe apropiarse de las frecuencias. Las frecuencias radioeléctricas pertenecen a la comunidad, son patrimonio común de la humanidad, y están sujetas por su naturaleza y principios a legislaciones nacionales así como a tratados internacionales. Deben ser administradas por el Estado con criterios democráticos y adjudicadas por períodos de tiempo determinado a quienes ofrezcan prestar un mejor servicio. 5.- La promoción de la diversidad y el pluralismo debe ser el objetivo primordial de la reglamentación de la radiodifusión. 6.- Si unos pocos controlan la información no es posible la democracia. Deben adoptarse políticas efectivas para evitar la concentración de la propiedad de los medios de comunicación. 11.- Existen tres tipos de prestadores de servicios de radiodifusión: públicos, comerciales y comunitarios de organizaciones de la Sociedad Civil sin fines de lucro. Quedará prohibido todo tipo de discriminación o cercenamiento a causa 38 de la naturaleza jurídica de la organización propietaria, en cuanto a potencia, cantidad de frecuencias disponibles o limitaciones a los contenidos.

A coalizão vai ampliando sua influência no âmbito do debate na Argentina, e angariando apoios de grupos sociais importante, entre os quais podemos destacar as mães e avós da Plaza de Mayo, que fizeram inclusive manifestações em favor da mudança na legislação. Porém o acesso ao governo em si não se mostra fácil.

Logo após ser eleito presidente, Nestor Kirchner, apesar de acenar com mudanças, é eleito com uma margem mínima de votos e isso o coloca em situação delicada frente aos meios de comunicação de massa. Ele comprova essa tendência ao estender as licenças para rádios e TVs, que vinham de 25 anos desde a ditadura, por mais dez anos.

Nesse momento a ideia de uma regulação de mídia parecia cada vez mais distante, visto que uma vez mais os elementos com autoridade de mudança não pareciam demonstrar interesse em qualquer alteração do *satus quo*. Uma declaração da Diretoria de Ensino da Faculdade de Comunicação de Buenos Aires retrata bem a indignação com o momento.

Após este decreto, o tratamento de uma possível lei da democracia se mostra ainda mais distante do que antes. Os grupos concentrados já tem o que necessitavam. O poder executivo deu mostras claras de não estar disposto a discuti-la: aquilo que entende como necessário e de urgência, o resolve por sua própria e única vontade.²⁷ (BUSSO, 2009, 32)

É importante ressaltar aqui que até um certo momento, o grupo Clarín apoiava Kirchner no

²⁶ En tal sentido, un amplio sector del movimiento por la democratización de la comunicación ha venido planteando que es necesario reconocer a la comunicación en sí misma como un derecho humano fundamental. El planteamiento del "derecho a la comunicación" (en singular), o del "derecho a comunicar", en nuestro criterio no se contraponen al concepto de "derechos de la comunicación" (en plural). Consideramos que son más bien complementarios.

²⁷ “Luego de este decreto, el tratamiento de una posible ley de la democracia queda más lejos aún que antes. Los grupos concentrados ya tienen lo que necesitaban. El Poder Ejecutivo dio muestras claras de no estar dispuesto a discutirla: lo único que entiende necesario y de urgencia lo resuelve con su sola y única voluntad.”

poder, enquanto esse “agradecia” ao apoio com informações em primeira-mão sobre os projetos e problemas do governo, verbas publicitárias mais vultuosas e um contato direto com membros da imprensa.

Em entrevista ao caderno Ilustríssima, da Folha de S. Paulo, a jornalista Graciela Mochkofsky, autora de *Pecado Original – Clarín, los Kirchner y la Lucha por el Poder*, comenta sobre essa intensa e simbiótica relação entre o casal Kirchner e o grupo Clarín, representado pelo empresário Hector Magnetto, principal executivo do grupo.

Sim, ele assumiu como presidente numa época em que a sociedade já não acreditava na imprensa. Mas ele se uniu ao grupo, ficou amigo de Magnetto e ficou fascinado com essa aliança. Kirchner veio da província de Santa Cruz como um desconhecido, foi eleito com apenas 22% dos votos e só assumiu porque Menem deixou a disputa. Foi fácil deixar-se seduzir pela relação privilegiada com um meio de comunicação. No poder, fez uma série de alianças, entre elas com o *Clarín*, de quem acreditava precisar. O jornal passou a ter todos os “furos” [notícias exclusivas] do governo. O inimigo do kirchnerismo era o *La Nación*, por estar na oposição ideológica. Era um jornal conservador que havia apoiado a ditadura. Néstor o criticava enquanto tomava café com Magnetto e passava furos ao *Clarín*.(FOLHA de S. PAULO)²⁸

A relação porém, se desgastou, principalmente após o jornal tomar posições contrárias ao casal no poder, principalmente a partir do ano 2008, numa briga cambial entre o governo e o setor agropecuário do país. Como comprova Mac Margolis

É longa e tchosa a história de desentendimento entre o Grupo Clarín e o governo, mas se agravou a partir de 2008, quando Cristina, recém empossada, elevou os impostos dos agricultores, deflagrando um confronto que quase levou o país ao desabastecimento. O Clarín tomou as dores do setor rural, responsáveis por boa fatia do PIB argentino, e comprou briga com a Casa Rosada. O tom exaltado dos editoriais contra um governo de apenas quatro meses não agradou a todos, muito menos à base kirchnerista, que acusou Clarín de “golpista”. (MARGOLIS)²⁹

²⁸ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/81284-guerra-retorica.shtml>>. Acesso 22 nov.2013

²⁹ Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,cristina-vs-clarin-,971140,0.htm>>. Acesso em 12 nov.2013

Paralelamente, a Coalizão continuava trabalhando pelo estabelecimento de uma nova lei para regular empresas de mídia, conquistando importante vitória no ano de 2006, quando as emissoras comunitárias e sem fins lucrativos passam a ser reconhecidas pelo poder executivo. Através da resolução 753 se permite a regularização de estações de rádio dentro desses moldes.

Ao longo do ano de 2008 há uma aproximação da Coalizão junto ao governo, que se mostra cada vez mais interessado em aplicar as mudanças sugeridas. É em Março de 2009 que Cristina finalmente introduz o tema da regulação no congresso, ressaltando que se tratava de uma antiga dívida do governo para com a democracia. No dia de 18 um projeto de lei é aprovado, mas ainda sofre resistência do principal grupo de mídia do país, que deu início a intensa batalha judicial visando atarsar a entrada em vigor da lei.

3.2 Relatório Leveson

Se no caso argentino a chamada Lei de Meios se instaura após longo período de pouco ou nenhuma reflexão sobre a necessidade de uma legislação e de um controle público (não estatal) sobre as atividades da mídia, na Inglaterra ocorre exatamente o oposto.

A longa tradição do país britânico em imprensa e mídia em geral coloca o tema da regulação constantemente em pauta nas discussões sociais. A liberdade de imprensa contraposta ao direito de privacidade do indivíduo é conflito constante no país considerado berço do liberalismo e a tentativa de conciliar esses dois lados, opostos por princípio, pauta quase que completamente o debate sobre a atuação da mídia no país. Com o Inquérito Leveson e seu subsequente relatório, não foi diferente.

Diversas suspeitas de atividades ilegais e subornos já cercavam a imprensa britânica ao longo dos anos 1990-2000, e alguns casos isolados, apesar de trazidos à tona, eram quase que sempre abafados pela própria imprensa. Como coloca o juiz Justice Leveson “Nenhuma dessas revelações levou os jornais a conduzirem uma investigação sobre suas próprias práticas ou a de outros títulos. Nenhumk jornal almejou descobrir (ainda mais expôr) se seus jornalistas haviam cumprido com a

legislação de proteção de dados” (LEVESON, 2012, 7)³⁰

Tudo mudaria, porém, no dia 5 de julho de 2011. Neste dia foi publicado no jornal The Guardian matéria que revelava que jornalistas do dominical News of the World haviam hackeado e acessado a caixa postal de Milly Dowler, jovem de treze anos, sequestrada e assassinada em 2002. Pior ainda, as informações, mal-interpretadas pelo jornal, levaram a atrasos na investigação e fizeram a família da criança acreditar que ela estava viva quando na realidade já tinha morrido.

Se não era a primeira vez que o Guardian denunciava os abusos do conglomerado midiático de Rupert Murdoch, foi certamente a mais impactante. Dois dias após a publicação da matéria o News of the World fechou suas portas e no dia 13 do mesmo mês seria instaurado o Inquérito Leveson.

Durante o processo, as mais de 300 testemunhas ouvidas ajudaram a desenhar um quadro bastante grave da imprensa no país. Além de comprovar alguns outros abusos das empresas do setor, como escutas telefônicas da família britânica, subornos à policiais e relações escusas com políticos, o processo evidenciou também a completa inatividade e complacência do órgão que deveria regular o setor no país, o Press Complaint Commission. Como afirma Alberto Dines, “A Comissão de Queixas contra a Imprensa (PCC, na sigla em inglês) sempre foi um *country club* corporativo, chancelou todos os abusos e jamais conseguiu protestar, denunciar ou penalizar qualquer infâmia cometida pela mídia britânica. Não foram poucas.” (DINES).³²

Ou ainda, como coloca o próprio juiz Leveson, em seu texto final.

Secundariamente, é fazer recomendações para uma mudança. Quanto a isso não há discussão, mudanças precisam acontecer. Por exemplo, é quase universalmente aceito que o órgão que atualmente carrega a responsabilidade de lidar com reclamações contra a imprensa não é nem regulador nem próprio para arcar com essa responsabilidade. (LEVESON, 2012: 5)³³

O PCC, órgão criado em 1991, surgira em condições bastante semelhantes às atuais. Após

³⁰ None of these revelations led to any newspaper conducting an investigation either into its own practices or into those of other titles. No newspaper sought to discover (let alone expose) whether its journalists had complied with data protection legislation.

³¹ Disponível em: <http://www.official-documents.gov.uk/document/hc1213/hc07/0779/0779.pdf> Acesso em 8 nov.2013

³² Disponível em <http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/lt_i_gt_areopagitica_lt_i_gt_368_anos_depois> Acesso em 5 nov.2013

³³ Second, it is to make recommendations for change. As to that, there is no argument but that changes do need to be made. For example, it is almost universally accepted that the body presently charged with the responsibility of dealing with complaints against the press is neither a regulator nor fit for purpose to fulfil that responsibility.

Inquérito comandado por Sir David Calcutt (Sobre a Privacidade e temas afins), este recomendava a criação de um órgão autorregulador, que fizesse valer os preceitos legais e éticos que a imprensa afirmava como seus. Sua ressalva era de que iria reavaliar esse órgão em 18 meses, para verificar o funcionamento de suas tarefas e então fazer nova recomendação. Em 1993 ele escreve “É com pesar que eu cheguei a conclusão de que a Comissão de Queixas da Imprensa, da forma como foi estabelecida pela imprensa, não se provou em si mesma uma boa reguladora e devo recomendar que o governo deve introduzir um regime estatutário.” (CALCUTT, 1993)³⁴³⁵

Sua segunda avaliação não é nada generosa, mas mesmo assim o órgão perdurou por décadas, trabalhando de forma ineficiente e não conseguindo coibir os abusos da mídia.

O problema enfrentado pelo juiz Leveson é portanto: como manter um controle sobre a mídia, que deve obedecer antes aos interesses públicos do que privados, sem porém, interferir na liberdade de expressão através da censura governamental. (como sugeria seu predecessor)

A solução apresentada se constitui basicamente da criação de um novo órgão que se mantenha neutro entre os interesses do governo e das empresas.

Um órgão autorregulador independente, regido por uma bancada também independente. Para garantir essa independência, o presidente e os outros membros da banca devem ser indicados de forma genuinamente aberta e transparente, sem influências da indústria ou do Governo. (LEVESON, 2012, 32)³⁶

Entre as diferenças desse novo órgão em relação ao extinto PCC estão a possibilidade de aplicação de sanções (multa de até um milhão de libras e publicação obrigatória de retratações ou correções em matérias) e seu amparo legal em uma Carta Real assinada pela rainha Elizabeth II. Por outro lado, não será autorizada a censura prévia, em respeito ao direito de expressão dessas empresas.

As críticas ao relatório foram muitas, as principais no que toca à sua eficiência. Será que esse órgão, que o juiz insiste em denominar autorregulador, irá funcionar de maneira diferente de seu

³⁴ Disponível em <http://www.mediawise.org.uk/wp-content/uploads/2011/05/PCC-History-and-Procedural-Reform.pdf>
Acesso em: 8 nov.2013

³⁵ “I therefore regret that I have reached the conclusion that the Press Complaints Commission, as set up by the press, has not proved itself to be an effective regulator, and have had to recommend that the Government should now introduce a statutory regime.”

³⁶ An independent self regulatory body should be governed by an independent Board. In order to ensure the independence of the body, the Chair and members of the Board must be appointed in a genuinely open, transparent and independent way, without any influence from industry or Government.

predecessor? E no tocante a internet? O magistrado se coloca sempre em cima do muro sobre o assunto, sem poder ignorar que a reformulação do setor de mídia passa pela entrada desse novo veículo. Como coloca Emily Bell, em editorial do Guardian,

A relevância do relatório Leveson para a proteção da privacidade e a contenção dos excessos no comportamento da imprensa era questionável desde o começo, porque o escopo da missão que foi atribuída a ele era tanto estreito quanto histórico. O site Huffington Post UK deve ser ou não considerado como sujeito às conclusões do inquérito? E as divagações no Twitter de um jornalista que às vezes trabalha como freelancer para a "imprensa nacional", mas em geral está desempregado? (FOLHA de S. PAULO)³⁷

Todas essas questões são deixadas de lado, mas não poderão ser ignoradas a longo prazo, isso é certo. Entretanto, mesmo em meio a tantos poréns, o relatório inglês parece trazer uma nova perspectiva que não pode ser ignorada e deve sim ser analisada com extrema atenção. A de que o caminho para controle da mídia não está nem no mercado, nem no governo, mas sim no público. Segundo Carlos Castilho:

O monitoramento da imprensa, especialmente depois que ela foi flagrada na Inglaterra violando a privacidade alheia, usando recursos ilegais e ignorando os códigos de ética, não pode impedir a existência de empresas jornalísticas. Elas são necessárias à informação pública, mas isso **não lhes assegura privilégios** de isenção de responsabilização perante a sociedade, já que a informação é cada vez mais um serviço essencial à vida cultural, social e econômica das comunidades. (CASTILHO)³⁸

Fica claro na elaboração do relatório, a preocupação constante em colocar essa nova agência reguladora como ponto de equilíbrio entre esses dois interesses, não devendo nunca tender para um ou para outro e atendendo sempre, prioritariamente, à sociedade. O que justifica a frase “Trata-se, na verdade, apesar da insistência do próprio Leveson em nomeá-la de autorreguladora, de uma agência pública autônoma e independente de regulação.” (LIMA)

³⁷ Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1193427-opiniao-inquerito-leveson-e-irrelevante-para-jornalismo-do-seculo-21.shtml>> Acesso em: 12 nov. 2013

³⁸ Disponível em:

<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/posts/view/relatorio_levenson_uma_tentativa_de_apagar_uma_fogueira_que_pode_deflagrar_um_incendio> Acesso em 15 nov. 2013

3.3 Análise de editoriais

O que chama a atenção é o dúbio discurso. De um lado, a plena liberdade de expressão para si; de outro, a liberdade de expressão controlada quando não agrada ao grupo. Não é novidade, e qualquer semelhança não é coincidência quando lembrarmos de parte da mídia brasileira e de seus negócios financeiros e de seus interesses políticos e ideológicos. (KARAM)³⁹

As diversas semelhanças já apontadas anteriormente, entre a história política argentina e a brasileira, aliada a uma estrutura de mídia com diversas semelhanças, faz do país vizinho um caso complicado para os jornais brasileiros.

Se o melhor a fazer seria ignorar completamente nossos hermanos, as proximidades fazem de certos casos extremamente espinhosos para nossa imprensa nacional, que parece entender que sua função é basicamente manter essa ameaça da regulação sob controle. Logo, se adota claramente uma postura agressiva quanto a tudo que diz respeito ao país, com foco sempre na questão da postura ditatorial assumida pelos Kirchner contra a mídia.

Logo no título do editorial “Cercos à Liberdade na América Latina” (O GLOBO, 16/10/2012), já se percebe uma naturalização curiosa. Que liberdade? Como já colocamos antes, esse tipo de confusão parece ser vantajoso, até por associar diretamente a mídia à própria liberdade.

O primeiro parágrafo é exemplar:

Qualquer pessoa medianamente informada sabe que a democracia representativa passa por mais um ciclo de ataques na América Latina, região com longa história de recaídas autoritárias. Mas, quando é traçado o cenário de cada país, constata-se que há uma tendência de agravamento nesse quadro. (O GLOBO)⁴⁰

³⁹ Disponível em

<http://www.observatoriadaimprensa.com.br/news/view/o_grupo_clarin_e_a_liberdade_de_expressao> Acesso em: 11 nov 2013

⁴⁰ Disponível

em: <http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020121016C&edicao=Matutina>
Acesso 25 out. 2013

Interessante perceber que aqui também a palavra imprensa é basicamente deixada de lado. O ataque é direto à democracia representativa, e não a um de seus setores específicos. Além disso, ele coloca qualquer leitor que não concorde com sua visão de “um ciclo de ataques” ao lado dos desinformados. Mais uma vez se confundem as relações de direito à informação e direito de informação. O informado é, então, aquele que lê e concorda com o que é passado? O texto segue

Reunida em São Paulo, onde realiza sua 68 assembleia geral, a Sociedade Interamericana de Prensa (SIP), em que se congregam grupos de comunicação do Canadá à Argentina, fez, como a cada ano, um balanço do respeito- no caso desrespeito- à liberdade de imprensa e informação no continente, o melhor termômetro para se medir o teor de democracia real de cada regime. (O GLOBO)

Finalmente, deparamos como a liberdade da qual se estava falando. A SIP é considerada aqui como a juíza sobre essa liberdade, analisando onde ela está ou não sendo respeitada. Porém, pelo que diz o próprio texto, a SIP não é representante da imprensa, mas sim de uma imprensa, daquela que está associada aos chamados “grupos de comunicação”. Vale lembrar aqui o décimo primeiro ponto citado pela Coalizão por uma radiodifusão democrática, que defende que são três os tipos de serviço de radiodifusão: público, comercial e comunitário. Se a SIP só representa um desses elementos, como pode então ser ela a defensora de toda a liberdade de imprensa?

E todos aqueles que não se sentem representados por ela, mas que querem fazer valer sim, seu direito de expressão livre? Indivíduos esses que não são poucos, e dentro do próprio meio da comunicação se percebem algumas ressalvas quanto a este órgão.

No ano de 2005 visita o país um grupo de empresários que se caracterizou historicamente por erigir o bastião da liberdade de imprensa. De um enfoque brutalmente liberal, que não recupera a dimensão comunitária e cidadã do exercício de direito à comunicação, se não meramente a liberdade das empresas de meios de não serem censuradas pelos poderes da vez, chegava a Sociedade Interamericana de Prensa (SIP)⁴¹ (BUSSO,2009:21)

⁴¹ En el año 2005 visita el país una cámara empresaria que se caracterizó históricamente por erigirse en bastión de la libertad de prensa. Desde un enfoque netamente liberal, que no recupera la dimensión comunitaria y ciudadana del ejercicio del derecho a la comunicación sino meramente la libertad de las empresas de medios de no ser

Ainda se coloca essa liberdade (arbitrada exclusivamente pela SIP) como o verdadeiro termômetro de uma democracia. Ou seja, não são mais as empresas que se submetem ao crivo e ao julgamento do Estado, mas sim os Estados que devem se sujeitar ao julgamento de democracia dessas empresas.

O texto continua enumerando diversas atrocidade da presidente Cristina Kirchner, a campeã do desrespeito a democracia, que , segundo o jornal, “se mostra cada vez mais uma aplicada aluna do caudilho venezuelano Hugo Chávez.”, para terminar com “Há uma nuvem de autoritarismo no continente. Ela se move e fica cada vez mais densa”.

A mensagem é clara. Há um ataque à democracia e aqueles que não estão ao lado do Globo, estão contra ela. Essa nuvem se espalha por todos os nosso vizinhos (o texto cita ainda avanços do governo equatoriano sobre a mídia livre do país) e se não resistirmos a ela, seremos também engolidos pelas trevas da regulação. Se pinta assim um cenário de oposição e luta contra essa tomada de poder, esquecendo-se completamente de uma análise mais imparcial, ou mesmo um pouco mais aprofundada, sobre as verdadeiras questões que se colocam em tema.

Em outro editorial do jornal o tom não muda muito e as mensagens chegam a ser bastante semelhantes. À começar pelo título “Na Argentina, cerco à democracia” (O GLOBO, 22/11/2012)⁴², que mais uma vez vai tratar da imprensa como essencial ao sistema democrático funcional. Mais do que a imprensa, a imprensa como se apresenta hoje para nós, sem medidas ou limites.

O texto traz diversos aspectos de conflito de Kirchner com o povo argentino, que deflagraram em uma greve geral altamente divulgada. Além dos ataques da presidente aos poderes, seu mal desempenho econômico, não se pode deixar de citar o cerco que ela realiza contra a mídia independente de seu país.

“O jornalismo tradicional passa a ser o inimigo número um. O que se quer é o jornalismo militante, que trabalhe como força auxiliar do governo. Trata-se não de lidar com a realidade, de compreendê-la, e sim de impor uma ideia. Se a realidade não cobina com isso, pior para a realidade.”

censuradas por los poderes de turno, llegaba la Sociedad Interamericana de Prensa (SIP).

⁴² Disponível em

<http://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&pagina=&allwords=na+argentina+cerco+a+democracia&anyword=&noword=&exactword=Na+Argentina%2C+cerco+%C3%A0&decadaSelecionada=2010&anoSelecionado=&mesSelecionado=&diaSelecionado=> Acesso em: 20 out.2013

(O GLOBO). O que se percebe aqui é a ideia de que aquele jornalista que não está alinhavado com os princípios do mercado, do modelo vigente, necessariamente está na outra ponta, a do jornalismo chapa-branca, aquele que se submete a qualquer desejo do governante. Se esquece, portanto, mais uma vez de alguns fatos.

A primeira frase do décimo segundo, dos vinte um pontos elaborados pela população para buscar uma mídia mais democrática, afirma justamente que “Os meios estatais deverão ser públicos, mas nunca governamentais”. O público é aquele que se dirige em benefício da sociedade civil, mas não necessariamente de um ou outro grupo de poder governamental.

O tom sobe ainda mais quando se envolve o Brasil no tema da regulação. Esses casos são usados então como efeito de comparação daquilo que não devemos almejar, maléficos para o país, que nos aproximariam de um retrocesso, jamais de um avanço. Resistimos assim como uma “ilha de democracia” em um mar de autoritarismo.

É o que se percebe na coluna “Pela Liberdade de Expressão”, de Merval Pereira em “O Globo”.

O amadurecimento democrático no Brasil nos torna uma exceção em um continente cada vez mais dominado por governos autoritários ou simples ditaduras. As ações recentes do governo argentino contra o grupo jornalístico Clarín, o maior do país, cuja fábrica de papel foi expropriada pelo governo como de interesse público, fazem parte de uma já longa disputa pelo controle da informação pelo governo de Cristina Kirchner, prosseguindo o que foi iniciado no governo de seu falecido marido, Nestor Kirchner. (PEREIRA)⁴³

Citando os abusos do governo Kirchner, o jornalista confortavelmente omite algumas informações que seriam de bom uso para o leitor “medianamente informado”. Por exemplo que a Papel Prensa era de propriedade quase que exclusiva de apenas dois meios de comunicação, o grupo Clarín e o diário La Nación. Ambos ganharam controle acionário da empresa no período da ditadura militar argentina, que é sempre usada como bandeira quando se quer falar do tema censura. Os fatos comprovam muitas vezes que essa censura e esse controle não fizeram sempre mal ao grandes veículos.

⁴³ Disponível em

<http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2012/05/04/pela-liberdade-de-expressao-por-merval-pereira-443370.asp>
Acesso em: 5 dez. 2013

É o caso dos dois periódicos, que foram então agraciados com a única fábrica de papel-jornal do país.

Mais alérgico fica ainda o texto, no trecho em que cita os escândalos de contatos e fontes usadas por jornalista da revista Veja, que se assemelhava em alguns pontos ao caso de Rupert Murdoch na Inglaterra, e que portanto trouxe o tema da regulação ao território nacional.

Mas, mesmo assim, ainda enfrentamos ameaça à liberdade de expressão, que se configura de diversas maneiras. No momento, ela se revela na tentativa, de início frustrada, de levar à grande imprensa, representada pela revista Veja à investigação na CPI do Cachoeira.

Os documentos surgidos até o momento, no entanto, não sugerem nada de transgressor no comportamento de seus profissionais, e todas as pseudoacusações se baseiam mais em ilações tiradas em versões do bicheiro e seus asseclas do que em fatos comprovados.

Essa foi apenas, porém, mais uma das muitas tentativas desse mesmo grupo político de cercear a liberdade de expressão no país, tarefa a que se deicam com afincos desde que chegaram ao poder. (PEREIRA)

Percebemos no texto do articulista, temas e ideias que são constantes em editoriais do jornal, as posições tomadas são regidas por uma intenção do veículo como um todo.

A tentativa de regular a mídia é, como sempre, uma ameaça à liberdade de expressão. As versões de Cachoeira, que são colocadas como banais, já haviam sido levantadas por essa mesma mídia como provas cabais, quando foi de seu interesse.

A reação se torna muito alérgica, em alguns momentos, também devido às semelhanças dos casos que o aproximam da realidade brasileira. Qualquer paralelo deve ser evitado. Por isso, a refutação da comparação de Veja com News of The World. Nesse momento pouco importam os conflitos internos entre esses grupos, há a necessidade de uma defesa da classe que não pode se desmoronar nunca.

Talvez por essas questões de proximidade também, que a Folha de S. Paulo adote um tom um pouco mais brando, ou imparcial, ao tratar do caso Clarín. Cabe a ressalva de que o assunto é tratado com muito menos intensidade, ao menos em editoriais e artigos de opinião do jornal.

Considere-se, por exemplo, artigo de 9 de dezembro de 2012, “A Guerra de Cristina e a Verdade.” O autor Clóvis Rossi assume uma posição muito mais balanceada da questão, onde ele irá discutir que o problema não é, justamente, a regulação, mas sim a relação de ódio entre o governo e o

grupo Clarín, que está fazendo sofrer à própria informação.

Como ele coloca:

Primeira verdade abatida no combate: a lei de mídia, regulamentação do audiovisual aprovada pelo congresso é antidemocrática e visa a impor uma ditadura na mídia.

Falso. A lei é bastante ponderada e, acima de tudo, necessária.

Busca evitar a concentração da propriedade dos meios de comunicação, o que é altamente saudável.

Basta pensar no Brasil e nos danos que provocou na Bahia e no Maranhão, por exemplo, a hegemonia midiática da famílias Antônio Carlos Magalhães e José Sarney. (ROSSI)⁴⁴

O artigo acaba com a mistificação em torno dos conceitos de regulação e democracia, evidenciando que, primeiro, uma lei com aprovação parlamentar (a segunda na história argentina, como vimos), não pode ser considerada antidemocrática. Segundo, que ela visa acima de tudo a evitar a concentração dos meios de comunicação. O oligopólio não deixa de ser uma espécie de ditadura às avessas, ou ditadura de mercado, portanto a atitude dos conglomerados midiáticos está muito mais próximo do autoritarismo do que uma discussão sobre os limites desse mercado.

Na sequência, o autor evidencia também as relações que antes envolviam o presidente Nestor Kirchner e o grupo Clarín, relação esta que em momento algum foi citada em qualquer editorial ou artigo do Globo.

O fim do texto evidencia porém, o mesmo caráter protecionista que pauta a maioria de seus artigos opinativos sobre o assunto.

Uma segunda vítima dessa guerra é a ideia de que, se for quebrado o que ao governo chama de “monopólio” do Clarín, (que não existe), vozes progressistas preencherão o espaço.

Quem avançará é o grupo UNO, de José Luiz Manzano, assim descrito por Mario Antonio Santucho, simpatizante da lei e de Cristina em texto para a Carta Maior, sítio amplamente kirchnerista: “É um ex-funcionário menemista, neoliberal e corrupto de primeira hora.(ROSSI)

Assim como em editoriais dos dias 28/09/2012 (Liberdade Ameaçada) e 5/11/2012 (Cristinoduto), o tom predominante é o de que a Ley de Medios é basicamente um ataque aos

⁴⁴ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/82746-a-guerra-de-cristina-e-a-verdade.shtml>
Acesso em 15 out.2013

opositores do governo, portanto não pode ser tomada como democrática. Ela ainda é tratada como uma imposição kirchnerista, com o propósito de abalar aqueles que são contrários à voz do governo no país.

No caso do relatório Leveson se percebe uma inversão de pesos. Enquanto a cobertura da Folha é interessada e ampla, O Globo trata do assunto apenas em poucas ocasiões.

Concordamos aqui com Alberto Dines, que, ao analisar a cobertura da mídia sobre a divulgação do relatório, comenta o desinteresse local em tratar do assunto.

A grande imprensa brasileira preparou-se cuidadosamente para enfrentar as repercussões da divulgação do relatório. A notícia não foi escamoteada, parabéns! Mas foi habilmente desfibrada. Os jornalões comportaram-se de forma idêntica: na sexta-feira (30/11) historiaram sem grande destaque o escândalo e registraram a conclusão dos trabalhos. Mas não examinaram o teor do relatório, suas condenações e propostas. No fim de semana, o nome Leveson evaporara magicamente. Autorregulação é assunto tabu. (DINES)

O único artigo opinativo que sai em “O Globo”, após a divulgação do relatório, é apenas um pequeno editorial publicado no caderno mundo, intitulado “Dose Errada”, reproduzido na íntegra:

Repórteres do tablóide inglês “News of the World” ultrapassaram todos os limites éticos-sem falar nos legais- ao atuar como arapongas. A ponto de o jornal, centenário, fechar as portas.
Constituída com a repercussão do escândalo, para rever o sistema de autorregulação da imprensa inglesa, uma comissão errou na dose: propôs nova e dura legislação contra a mídia algo abolido no país no século XVII.
Se o sistema anterior era deficiente, por ser distante das redações, a sugestão de nova regulação é impertinente. Um erro não pode justificar outro erro. O primeiro-ministro Cameron fez bem ao rejeitar a proposta, em nome da liberdade de expressão. Até porque os jornalistas acusados dos delitos estão sendo processados e alguns chegaram a ser presos. Não há impunidade. (O GLOBO)⁴⁵

⁴⁵ Disponível em:

<http://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&pagina=&allwords=&anyword=&noword=&exactword=Dose+Errada&decadaSelecionada=2010&anoSelecionado=&mesSelecionado=&diaSelecionado=> Acesso em: 22 out.2013

Se o silêncio fora a estratégia adotada durante todo o ano, salvo em editorial “Roberto Civita não é Rupert Murdoch”, onde a comparação entre os casos dos escândalos do News of the World e Veja-Carlinhos Cachoeira eram combatidos e afastados, nesse pequeno texto podemos perceber a maioria das mesmas posições já adotadas anteriormente quando o tema é regulação.

O foco está nos “repórteres criminosos”, quando todo o trabalho do relatório Leveson demonstrava que na realidade não se trata ali dos problemas de um ou outro jornalista, mas de uma prática constante nos principais jornais de utilizar meios ilícitos para obter a informação à qualquer custo. Mais do que isso, se ignora a evidência de toda uma rede de protecionismo que se formou entre os jornais britânicos para acobertar esses delitos.

As raízes da liberdade de imprensa no país são evocadas, para combater o mal da regulação que é automaticamente comparado à censura. David Cameron é colocado como um defensor dessa liberdade de expressão por ir contra a proposta de uma nova legislação e os jornalistas criminosos são julgados, portanto não há impunidade. O empresário que controlava o jornal, no entanto, continua livre para expandir seu império cada vez mais, com a conivência de ambos, mídia e governo.

Na Folha, se o tema não é pauta para editoriais, são muitos os articulistas do jornal que tratam do assunto em diferentes momentos.

Em primeiro de março de 2012, Keneth Maxwell faz pequeno resumo do inquérito ao tratar de depoimentos ouvidos na semana pelo juiz Leveson. O tema eram os subornos pagos por jornalistas do “The Sun”, outro dos tentáculos do império de Murdoch, a policiais da Scotland Yard.

Ao comentar a reação dos tablóides britânicos ao assunto, o articulista escreve:

No Reino Unido, os jornais de Murdoch tomaram a ofensiva. Kelvin MacKenzie, ex-editor do "The Sun", argumentou que, "se alguém que faz uma denúncia pede dinheiro, que mal há?". O editor-associado do "The Sun" queixou-se de "uma caça às bruxas em estilo soviético". Akers respondeu em seu depoimento que "nosso objetivo é revelar crimes, não revelar fontes legítimas".

Enquanto isso, o WikiLeaks começou a divulgar outros milhões de e-mails sigilosos, e Bradley Manning continua detido num presídio militar norte-americano por fazer o mesmo. Nenhum desses documentos foi obtido com suborno.(MAXWELL)⁴⁶

No dia 9 do mesmo mês de março, Nelson de Sá comenta a ineficiência comprovada do PCC

⁴⁶ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/28588-leveson-e-murdoch.shtml> Acesso em 13 out.2013

em artigo intitulado “Sem olhos e sem dentes, autorregulação fracassa”.

Se o tratamento do tema já encontra aqui uma abrangência maior, é na coluna de Ombudsman da Folha que ele será tratado com maior profundidade pelo jornal. No dia 27 de maio de 2012, Suzana Singer comenta um encontro entre ombudsman do mundo todo, onde o principal tema debatido foi justamente o Inquérito Leveson.

Ao explicitar o caso, a jornalista coloca mais uma vez em questão a falta de vontade da imprensa nacional em tratar o tema da regulação.

Aqui uma discussão sobre os limites éticos da imprensa ameaçou começar com o caso Cachoeira, mas logo descambou para um bate-boca político-ideológico.

No Brasil, os principais órgãos de comunicação são contra qualquer proposta de conselho jornalístico, principalmente se houver participação do governo. É compreensível.

Ao mesmo tempo, porém, pouquíssimos levam a sério a necessidade de transparência, imparcialidade, precisão e de "prestar contas" do que se faz.

Quantos têm um código de ética de conhecimento do público?

Quantos admitem seus erros e abrem espaço generoso ao "outro lado"? (SINGER)⁴⁷

Podemos perceber portanto, mais uma vez um interesse maior da Folha em trazer diferentes formas de ver o assunto, possibilitando assim uma análise mais completa por parte de seu leitor. Ainda que a opinião do jornal em si seja sempre ainda um pouco retrógrada, no que diz respeito à regulação propriamente dita. “Se nas democracias recentes, como a nossa, o melhor é deixar os braços do Estado longe da mídia, cabe a ela mostrar que merece a confiança do seu público.” (SINGER)

⁴⁷ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ombudsman/45225-no-reino-da-dinamarca.shtml> Acesso em 17 out.2013

4 Conclusão

Debater a regulação da mídia não é tema fácil, até pelos tênues limites que sempre se apresentam durante qualquer análise mais aprofundada. Onde termina o direito à privacidade e começa o de expressão? Se ambos são garantidos em uma democracia, como determinar qual vai suplantar qual?

Questões como essas tendem a ter mais de uma resposta, por isso nunca chegam a ser respondidas de fato. Sua resposta são muitas. Mas o que se procurou explicitar ao longo desse trabalho, é que a regulação da mídia não passa necessariamente por essa pergunta.

Há uma tendência nos grupos de comunicação nacionais (e mesmo no mundo), em tratar a liberdade de imprensa como extensão da liberdade de expressão do próprio indivíduo. Por isso ela constituiria o quarto poder, a expressão do próprio povo. Ela seria a voz da sociedade.

Essa extensão do conceito de uma à outra se dá em vários momentos observados nos editoriais dos dois jornais aqui analisados, onde, por exemplo, em manchetes, se fala em liberdade, ou democracia ameaçadas, como se a possibilidade de regulação fosse uma ameaça à elas, e não a esses grupos. Está aí presente, constantemente, a ideia de que “naturalmente”, quer dizer, por sua própria natureza, esses meios são os defensores da sociedade, são, acima de tudo, os garantidores da sociedade democrática como ela existe.

Ora, ao se analisar historicamente, vendo o que de fato esses meios pretenderam em outros momentos, se percebe que nem sempre seus interesses estiveram em sintonia com os da sociedade em geral. Não é segredo, por exemplo, que quando a democracia não foi o caminho a ser seguido, esses meios souberam sim viver e crescer sob o jugo da ditadura.

O que de fato comprova que, na realidade, não há nada que garanta por natureza a sintonia entre as empresas de mídia e a sociedade como um todo. A informação, que é vista inclusive como bem público, dificilmente não defende interesses privados.

Se em nenhum dos dois modelos capitalistas vigentes ao longo das últimas décadas, a comunicação pode ser verdadeiramente democrática, é preciso procurar meios que garantam gradativamente essa transformação. Essa mudança só pode ocorrer através de um direcionamento diferente, que vise garantir a informação mais ampla ao povo, não mais a mensagem que interessa à este ou aquele, mas todas as mensagens, para todos os interesses.

É claro que é difícil para qualquer jornalista pensar em limitar seu trabalho, ninguém deseja ser regulado. Mas é preciso entender que a limitação é também definição e como tal, é fundamental para o exercício da profissão. Talvez através de uma tal limitação, possamos finalmente nos definir como a verdadeira voz do povo.

REFERÊNCIAS

BELL, Emily. **Inquérito Leveson é irrelevante para jornalismo do século 21**. Folha de S. Paulo, 29/11/2012.

Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1193427-opiniao-inquerito-leveson-e-irrelevante-para-jornalismo-do-seculo-21.shtml>> Acesso em: 12 nov.2013

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; BRITTOS, Valério Cruz. **Capitalismo e política de comunicação: a TV Digital no Brasil**. In XVI ENCONTRO DA COMPÓS, UTP, Curitiba, 2007

Disponível em:

<<http://www2.eptic.com.br/sgw/data/bib/artigos/a21e5ea9d1931ace273e34879e629d9a.pdf>> Acesso em: 11 nov. 2013

BONNANO, Alessandro. **A globalização da economia e da sociedade: fordismo e pós fordismo no setor agroalimentar**. Campinas:UNICAMP, 2007.

Disponível em:<http://www2.cddc.vt.edu/digitalfordism/fordism_materials/bonanno.pdf> Acesso em: 16 out.2013

BUSSO, Néstor; JAIMES, Diego; LÁZZARO, Luís. **La Cocina de la ley: El proceso de incidencia en la elaboración de la Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual en Argentina**. Buenos Aires, 2010.

Disponível em <<http://www.villamanuelita.org/lacocina/La%20Cocina%20de%20la%20Ley%20.pdf>>

CALDAS, Graça. **Políticas de Comunicação no Brasil: de Sarney a FHC**. Campo Grande: Uniderp, 1998

CASTILHO, Carlos. **Inquérito Leveson: tentativa de apagar a fogueira pode deflagrar um incêndio**. Observatório da Imprensa, 2012.

Disponível em:

<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/posts/view/relatorio_levenson_uma_tentativa_de_apagar_uma_fogueira_que_pode_deflagrar_um_incendio> Acesso em 14 nov.2013

COLOMBO, Sylvia. **Guerra Retórica**. Folha de S. Paulo 2/12/2012

Disponível em:< <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/81284-guerra-retorica.shtml>> Acesso 22 nov.2013

DINES, Alberto. **Aeropagítica, 368 anos depois**. Observatório da Imprensa, 2012.

Disponível em:

http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/lt_i_gt_areopagica_lt_i_gt_368_anos_depois

Acesso em 5 nov.2013

DINES, Alberto. **A crise na BBC**. Observatório da Imprensa, 2012.

Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/os_maus_pedacos_da_bbc>

Acesso em 14 nov.2013

ECO, Umberto. **Apocalípticos e Integrados**. São Paulo:Perspectiva, 1987

FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. **O declínio da notícia no jornalismo pós-fordista dos conglomerados multimídia**. Porto Alegre:UFRGS, 2006.

Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/98/97>> Acesso em 28 nov.2013

HESMONDALGH, David. **Neoliberalism, Imperialism and the Media**. University of Leeds,2008

KARAM, Francisco José Castilhos. **O grupo Clarín e a liberdade de expressão**. Observatório da Imprensa. 2012.

Disponível em

<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/o_grupo_clarin_e_a_liberdade_de_expressao

> Acesso em: 11 nov 2013

LEVESON, Justice. **An inquiry into the culture, practices and ethics of the press**. 2012

Disponível em: <http://www.official-documents.gov.uk/document/hc1213/hc07/0779/0779.pdf> Acesso em 8 nov.2013

LIMA, Venício. **América Latina: por que no Brasil é diferente?**. Carta Maior, 29/06/2011.

Disponível em:

<<http://mariafro.com/2011/06/30/venicio-lima-por-que-no-brasil-nao-avancamos-na-regulacao-do-setor-da-comunicacao>>

LIMA, Venício. **O ruim sempre pode piorar**. Observatório da Imprensa, 2012.

Disponível em

<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed722_o_ruim_sempre_pode_piorar>

Acesso em 18 nov 2013

LIMA, Venício. **...ao direito à comunicação**. Observatório da Imprensa, 2010

Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/ao_direito_a_comunicacao>

Acesso em: 26 nov.2013

MARGOLIS, Mac. **Cristina vs. Clarín**. O Estado de S. Paulo 9/12/2012

Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,cristina-vs-clarin-,971140,0.htm>>.

Acesso em 12 nov.2013

MARINO, Santiago; MASTRINI, Guillermo; BECERRA, Martín. O processo de regulação democrática da comunicação. **Progressismo e Política de Comunicações**:mãos à obra. Buenos Aires: Fundación Friedrich Ebert, 2011

Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/08816.pdf>> Acesso em: 28 out.2013

MASTRINI, Guillermo. **Desregulación o re-regulación?**: de la derrota de las políticas a las políticas de la derrota. Buenos Aires:UBA, 1996

MAXWELL, Kenneth. **Leveson e Murdoch**. Folha de S. Paulo, 01/03/2012

O GLOBO. **Cerco à Liberdade na América Latina**. 16/10/2012

O GLOBO. **Na Argentina, cerco à democracia**. 22/11/2012

PEREIRA, Merval. **Pela liberdade de expressão**. O Globo, 05/04/2012

SANTOS, Suzy dos. **Uma convergência divergente**:a centralidade da TV aberta no setor audiovisual brasileiro. Salvador: UFBA, 2004.

SCHILLER, Dan. **A globalização e as novas tecnologias**. Lisboa: Editorial Presença, 2002

SINGER, Suzana. **No Reino da Dinamarca**. Folha de S. Paulo, 27/05/2012

ROSSI, Clóvis. **A guerra de Cristina e a Verdade**. Folha de S. Paulo, 09/12/2012

RÜDIGER, Francisco. **Apocalípticos, Integrados e Pós-Modernos**: a problemática da tecnologia na teoria da comunicação contemporânea. Porto Alegre: UFRGS, 1997

Disponível em:

<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/26550/000156662.pdf?sequence=1>> Acesso em: 15 nov.2013

RUTH, Evan. **Media regulation in the United Kingdom**.

Disponível em:<<http://www.article19.org/data/files/pdfs/publications/uk-media-regulation.pdf>> Acesso em 30 nov.2013

